

9977 restauração. Acho que como já foi dito. Acho que e como se fala em
9978 restauração, tem que se trabalhar caso por caso. O que eu vou apresentar aqui
9979 é só um dos modelos que pode se tá usando pra pagar essa conta. Se
9980 considerar que o custo em restauração está mais ou menos mil dólares por
9981 hectares e que o custo em média da terra é de mil dólares, se você pode ter
9982 um modelo em que o proprietário vai entrar com a área, ele vai tá abrindo mão
9983 dessa área e o proprietário tem que ser um parceiro desse projeto, ele tem que
9984 tá envolvido, ele vai ter que botar a mão na massa, sendo pra plantar, ou pra
9985 manutenção e tudo isso não é de graça não. Existe um custo e esse custo
9986 poderia ser absorvido pelo proprietário. Como pagar o restante, de insumos,
9987 mudas. Poderíamos ter 15% vindo através de um fundo permanente pelo uso
9988 da água. Você poderia ter outros, como programas de governo, GEF. Outras
9989 organizações que poderiam estar esse dinheiro. Você poderia ter algum fundo
9990 de carbono que poderia tá sendo utilizado pra pagar parte desse, desse custo.
9991 Dando, como outros exemplos dentro da TNC, no programa Cerrado existe
9992 uma parceria Sema, TNC e Famato e no Mato Grosso do Sul, que também tá
9993 sendo feito o cadastramento de proprietários através, sendo utilizado imagens
9994 de satélites, sendo feito o mapeamento dessas propriedades e sendo feito,
9995 quantificando o déficit de APP e, a partir daí, estabelecendo parcerias pra
9996 restauração dessas áreas. Também na Amazônia, em Santarém, muito
9997 parecido, tá sendo feito todo um trabalho com os proprietários, já foram
9998 cadastrados 115 propriedades e que a idéia é também estabelecer parcerias
9999 pra ter um treinamento de restauração e a partir daí todas essas propriedades
10000 teriam que tá de acordo com a lei e restaurando essas áreas. Aqui, uma visão
10001 que nós temos. É uma bacia do rio Jordão, no Paraná, que esse é o estado
10002 atual dela, que você encontra poucos remanescentes, a vegetação totalmente
10003 fragmentada. E como visão da TNC pros próximos anos seria tá restaurando
10004 todas essas áreas de APPs. Você taria aumentando essas áreas de, esses
10005 remanescentes florestais e, no futuro, você tá conectando essas áreas,
10006 formando um corredor de diversidade. Por coincidência, essa área faz parte do,
10007 que o Paulo Cagiema apresentou, faz parte do corredor de araucária que tá
10008 sendo planejado. E alguns aspectos relevantes dentro dum programa grande
10009 de restauração, que você teria múltiplos benefícios, como ecológicos, que é a
10010 restauração, a conexão de fragmentos, você está estabelecendo corredores de
10011 biodiversidade. Você teria benefícios econômicos, como a geração de
10012 empregos. A questão da proteção de água e como o Renato comentou. Isso é
10013 um benefício econômico. Isso vale dinheiro e também a questão de carbono,
10014 como tá se fazendo essa restauração, seja pro plantio, seja por restauração
10015 natural, você tá absorvendo carbono da atmosfera e isso tem um benefício em
10016 termos de aspectos climáticos. Essa é uma típica cena do vale do Paraíba do
10017 Sul. Eu acho que a visão que a gente tem, a gente tem que mudar tudo isso
10018 aqui, pensar em restauração e, no futuro, ter uma floresta com os seus
10019 múltiplos benefícios. É isso. Obrigado (aplausos).

10020
10021 **A SRª. KÁTIA VASCONCELOS MONTEIRO** – Obrigada Gilberto.
10022 Continuamos aí naquela firme idéia de trabalhar em conjunto, né? Só em
10023 conjunto vai se conseguir recuperar APP. Acho que tá se mostrando, tá se
10024 desmistificando também, né? Até com inúmeras opções de recursos, de que é
10025 possível sim fazer recuperação em propriedade rural, mesmo sendo pequena

10026 propriedade. Acho que o que se ver hoje, agora, nesse painel é que quando se
10027 quer, quando se começa a dialogar, aparecem os parceiros e é possível
10028 identificar os proprietários que estão dispostos a recuperar as suas APPs. Vou
10029 passar a palavra pro Fernando, né, que é o nosso representante do Nordeste,
10030 né? Acho que ele vai falar aqui um pouquinho duma, uma visão, uma paisagem
10031 bastante diferente do que a gente trabalhou até agora. Tá aqui o Fernando.

10032
10033 **O SR. FERNANDO PINTO** – Bom. Boas tarde a todos. E como você tá falando,
10034 né? O Nordeste também tem o que mostrar e eu gostaria de agradecer essa
10035 oportunidade, exatamente, pra mostrar o trabalho que tá sendo desenvolvido e
10036 a importância desse trabalho que tá sendo feito no sentido de que enquanto a
10037 gente tem observado aqui quando se fala nos programas com relação,
10038 principalmente, à área da Mata Atlântica, em que se fala nos programas de
10039 regeneração, de Preservação e a gente vê aqui ainda áreas com turmas de 50,
10040 de 60, de 70 mil hectares. Eu tive a oportunidade de estar com a Miriam em
10041 Santa Catarina. Assim, saí da cidade em direção a Atalanta. Passamos por
10042 uma reserva de 50 mil hectares e o Nordeste. O Centro de **(fala ininteligível)**,
10043 o Centro de Pernambuco, o centro de **(fala ininteligível)** do Nordeste, que é a
10044 região da Mata Atlântica, que fica do estado de Alagoas ao Estado do Rio
10045 Grande do Norte, ele está reduzido a pouco mais de 2,5% do que tinha de
10046 Mata Atlântica e nós não temos no Nordeste mais nenhuma área contínua, com
10047 mais de quatro mil hectares numa região que vem riquíssima em aves, animais
10048 e plantas endêmica. Então, o IPMA, Instituto para a Preservação da Mata
10049 Atlântica, ele foi criado exatamente com esse sentido, de tentar preservar o que
10050 ainda tinha de remanescente florestal da Mata Atlântica no Nordeste. E nós
10051 procuramos a usinas e porque usina, já que usineiro era o sinônimo de tudo o
10052 que você tinha no processo de degradação no Nordeste, principalmente na
10053 zona da mata era usina. Mas quem ainda detinha os remanescentes de Mata
10054 Atlântica lá eram os usineiros. Então, nós procuramos as usinas, quando eu
10055 era presidente do órgão de meio ambiente e quando eu sai nós conseguimos
10056 criar com duas usinas o instituto para a preservação da Mata Atlântica com
10057 esse intuito de tentar preservar os remanescentes florestais lá no início do
10058 trabalho em Alagoas. E dentro dessa proposta, que eu vou tentar correr, né,
10059 que o tempo ficou pequeno principalmente, o IPMA começou trabalhando em
10060 Alagoas com essa idéia de preservar os remanescentes florestais e, no
10061 decorrer do trabalho, nós ampliamos essa nossa atuação até o Rio Grande do
10062 Norte, mas trabalhando basicamente com o setor sucroalcooleiro porque
10063 também os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, assim, os estados que
10064 tavam pra lá de Pernambuco para o Rio Grande do Norte não era diferente a
10065 situação. Os remanescentes mais importantes de mata estavam com os
10066 usineiros e dentro desse trabalho nós nos propusemos, assim, de desenvolver
10067 três iniciativas, que seria inicialmente tentar preservar o que ainda tinha de
10068 Mata Atlântica e o que ficou de mata no Nordeste foi exatamente aquelas áreas
10069 que não dava pra colocar gado, nem plantar cana, que eram as áreas de
10070 encosta, as áreas de vale, e a recuperação florestal e o programa de educação
10071 ambiental. Então, o primeiro trabalho que nós fizemos com relação a essa
10072 proposta com as usinas de Preservação foi o incentivo à criação das RPPMs.
10073 Eu, particularmente sou um defensor das RPPMs. Eu sou, inclusive, presidente
10074 da Associação Macambira, que é a Associação dos proprietários de Reservas

10075 Privadas de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. E eu acho que esse é
10076 um programa que deu certo e nós começamos a fazer um trabalho
10077 incentivando a criação das RPPMs no Nordeste. E, com relação a isso, nós
10078 conseguimos, só no estado de Alagoas, protocolar 22 RPPMs no Ibama e,
10079 atualmente, nós conseguimos que o estado reconhece, que criasse o seu
10080 decreto reconhecendo a RPPM e nós protocolamos nos últimos meses mais 10
10081 RPPMs. E com isso a gente tá conseguindo, assim, garantir a perpetuidade
10082 desses remanescentes mais importantes. E aqui eu gostaria de ressaltar em
10083 função, inclusive, de que nós ouvimos hoje de manhã o paradoxo no sentido de
10084 que quando nós procuramos as usinas pra fazer com que elas sensibilizar
10085 essas empresas pra que crie as RPPMs, a gente nunca aconselha pra que as
10086 usinas transformem todas as suas áreas de matas em RPPM, mesmo que a
10087 gente sinta que essa possibilidade, porque se todas elas transformassem todas
10088 as suas matas em RPPMs, nós iríamos ficar sem área pra coletar semente e
10089 iríamos ter que fechar o nosso centro de produção. Então, você vê que isso é
10090 um verdadeiro absurdo você ter as suas RPPMs, né? Você sentir que poderia
10091 aumentar isso, ter áreas maiores e se você fizesse isso, você ficaria impedido
10092 de ter acesso pra coletar semente. E o nosso programa de regeneração de
10093 plantio nosso em muito seria prejudicado. Então, especificamente, com relação
10094 à preservação e recuperação das áreas de APPs, nós estamos trabalhando
10095 muito forte com relação à proteção e recuperação de nascentes, dentro dessas
10096 áreas das usinas. Isso é óbvio e é até fácil de você trabalhar isso com as
10097 usinas, porque particularmente com o Nordeste a irrigação é fundamental. Lá,
10098 se você não irrigar cana, você não produz. Então, esse trabalho tá sendo feito.
10099 O trabalho da manutenção das áreas de mata ciliar existente e o trabalho de
10100 recuperação de mata ciliar. Esse trabalho de mata ciliar, eu gostaria de fazer
10101 uma ressalva, porque nas áreas em que nós estamos trabalhando com a
10102 recuperação das matas ciliares, que são áreas dentro da empresa, na área da
10103 usina, ele tem sido fácil fazer, porque é a área que tem dono, as usinas têm a
10104 cana ao lado. Elas estão se dispondo a fazer um recuo de 30 metros pra fazer
10105 o plantio. Aqui é o exemplo de uma área que nós trabalhamos já há uns quatro
10106 anos, mas nós tivemos uma experiência de que nas áreas em que ficam
10107 próximas das áreas urbanas, próximas das comunidades, nós tivemos um
10108 exemplo lá no município de Cajueiro e que nós plantamos uma área, cerca de
10109 quatro mil mudas e em um pouco mais de seis meses a própria comunidade
10110 tinha destruído todo o nosso trabalho, tinha arrancado todas as nossas mudas
10111 e nós fizemos uma experiência piloto. Inclusive, essa empresa recebeu,
10112 inclusive, um prêmio nacional com esse projeto, de que fazer uma parceria com
10113 a comunidade, em que foram selecionados 55 famílias. Eu acho que isso é um
10114 modelo bastante interessante. E a usina loteou essa área com as 55 famílias,
10115 fez um contrato de três anos e essas empresas, os agricultores lá, o pessoal
10116 das famílias fizeram um contrato, pagando simbolicamente o valor de um real,
10117 a usina disponibilizou um assistente social e um técnico agrícola e eles
10118 começaram a plantar a cultura de subsistência, como vocês tão vendo, milho,
10119 feijão, batata. E nós plantamos as árvores e eles tinham a obrigação de cuidar
10120 da produção deles e de cuidar das nossas mudas. E com isso a gente
10121 conseguiu em três anos, o contrato foi de três anos, mas já estamos esse ano
10122 transferindo esses agricultores pra outra margem do rio, e a gente tá
10123 conseguindo fazer esse trabalho com eles, preservando, né? Sem levantar

10124 aquela polêmica de hoje de manhã com relação à recuperação de APP com
10125 frutífera. Na realidade, o que nós estamos colocando é uma agricultura de ciclo
10126 rápido e que três anos depois eles passam pro outro lado e a gente entrega
10127 essa área pra que a natureza se encarregue de concluir o serviço e a gente,
10128 com isso, tá ampliando esse processo e vocês deram pra ver que a gente já tá
10129 com as árvores numa altura muito boa com relação à preservação e isso é um
10130 modelo que a gente tá já ampliando, já tem diversas outras usinas no Nordeste
10131 desenvolvendo esse trabalho. A recuperação. Isso aqui é o rio Paraíba, um dos
10132 principais rios. Inclusive, é um dos que abastece a lagoa Mandaú, uma das
10133 principais lagoas do nosso estado, em que nós usamos muito a ingazeira com
10134 relação a, pra o programa de recuperação das matas ciliares e nas áreas de
10135 curva do rio, porque nós tivemos também uma experiência meio traumática
10136 nesse rio, porque o rio, depois de três anos de trabalho com o plantio, deu uma
10137 cheia e levou tudo. E a gente observou que só ficou a ingazeira. Então, nós
10138 começamos assim, intensificar o plantio com o Ingá e na curva do rio nós
10139 plantamos o bambu, porque na cheia, o bambu, não leva o rio. Então, com
10140 esse trabalho feito com a ingazeira e o Bamdu na margem do rio está
10141 permitindo que na parte de trás a gente consiga fazer o trabalho e quem sabe,
10142 futuramente, a gente tire essa bambuzal quando as ingazeiras já tiverem um
10143 porte que permita resistir, porque esse rio quando vem uma cheia, a cheia é
10144 normalmente muito forte pra gente evitar, assim, três anos de trabalho perdido.
10145 Outro trabalho interessante, que a gente tem feito com as usinas é no sentido
10146 do trabalho de proteção nas barragens. Como eu falei, praticamente todas as
10147 empresas do setor sucroalcooleiro no Nordeste, elas têm que fazer barragem
10148 pra poder fazer a irrigação e nós estamos fazendo. Assim, não só quando no
10149 estudo de impacto ambiental propõe como medida compensatória a
10150 recuperação de toda a margem do rio, a margem da barragem com vegetação
10151 nativa, mas também transformar essas áreas do entorno em RPPM. Então,
10152 esses dois exemplos que eu acabei de mostrar, esse e o anterior, vocês vêem
10153 que se você tem a barragem, essa barragem está sendo utilizada pra irrigação
10154 e toda a vegetação do entorno. Essa barragem aqui, por exemplo, tem 450
10155 hectares no entorno como RPPM. A anterior são 1.450 hectares de RPPM e
10156 toda a área da margem dessa barragem que era a cana, ela foi retirada e
10157 vocês tão vendo que tá sendo feito a restauração. Parte dela, a gente fez o
10158 plantio efetivo da nativa e a outra parte, até pra ganhar tempo, a gente deixou a
10159 vegetação se recompor e vocês observam que a imbaúba veio a gente tá tendo
10160 hoje uma restauração fantástica e acho que essa área, hoje, tá sendo inclusive
10161 visitada, porque ela é próxima da cidade de Maceió, por alunos e professores,
10162 o pessoal da universidade. Vou correr um pouquinho pra ver se eu consigo
10163 fazer essa apresentação no meu tempo. E aqui a parte mais importante dentro
10164 da proposta desse Seminário, que foi o seguinte. Como é que eu ia chegar pra
10165 o usineiro e convencer o usineiro a plantar a vegetação nativa. Então, nós
10166 aproveitamos uma oportunidade, porque as usinas, normalmente, quando se
10167 implantavam, elas se implantavam exatamente nas áreas de APP e que eram
10168 nas margens dos rios, plantavam nas encostas e as áreas de tabuleiro, as
10169 áreas planas, que não tinha água, ninguém plantava. Só que com a
10170 mecanização, com a irrigação, as usinas começaram a transferir a sua cana
10171 pra os tabuleiros, porque elas, mecanizam tudo isso e as áreas de encosta
10172 passaram a ser economicamente não serem viáveis pra plantio. Então, nós

10173 procuramos as usinas exatamente nesse sentido. Se vocês não tão mais
10174 plantando nas encostas, vão fazer o quê com essas encostas? Vocês precisam
10175 de água. Pra ter água precisa de ter mar e porque não reflorestar isso? Nesse
10176 caso aí não refloresta porque o reflorestamento é caro. Não, o reflorestamento
10177 não é caro. Faz o seguinte, põe uma cerca, bota uma placa que essa área tá
10178 em recuperação e abandona. E a gente faz simplesmente um reforço disso aí.
10179 Por isso que a gente começou. E uma das usinas, né? Um dos usineiros fez
10180 um desafio, dizendo, assim, me propondo, passar uma Área PPMA pra gente
10181 mostrar que isso funcionava e essa área de 150 hectares foi passada em
10182 comodato, nessa situação, inclusive com a contribuição do Sem Terra lá em
10183 cima. E você tão vendo essa área após um ano, essa área após três anos e
10184 essa área atualmente. E esse ano a gente já tá protocolando essa área como
10185 uma RPPM no órgão estadual. E ela tem servido de modelo, porque
10186 praticamente todas as 36 usinas hoje no Nordeste que trabalham conosco tão
10187 fazendo esse tipo de trabalho. E essa recomposição que tá sendo feita, essa
10188 recuperação que tá sendo feito nas áreas de encosta, elas têm sido
10189 extremamente importantes, porque, como eu falei, que nós só temos no
10190 Nordeste fragmentos de mata. Elas estão sendo extremamente importantes
10191 como corredores de ligação, tanto as áreas de encostas, como as áreas de
10192 mata ciliar. Esse é o nosso centro de produção, que foi passado em comodato
10193 por uma das usinas para o IPMA. Esse centro de produção de mudas nosso,
10194 ele tem capacidade de produção de um milhão de mudas/ano e ele abastece
10195 todas as 367 usinas nos quatro estados. Então, esse ano, que foi um ano
10196 atípico por conta da seca do ano passado, nós entregamos em torno de 400 a
10197 500 mil mudas, mas o ano passado nós distribuímos pra usinas cerca de 850
10198 mil mudas de 85 espécies, mais ou menos, de árvores da mata Atlântica. E pra
10199 finalizar, o programa que eu acho dentro desses todos o mais importante, é o
10200 programa de educação que a gente, educação ambiental que a gente promove
10201 com as empresas, trabalhando com professores, fazendo seminários de
10202 capacitação, seminários de sensibilização. Esses seminários são bancados
10203 pelas empresas. Eu tô passando isso muito rápido e a gente, esses
10204 professores, são eles que constroem no Seminário as atividades que eles vão
10205 desenvolver com os alunos e a partir daí a gente criou uma rede, porque esse
10206 mesmo trabalho é feito em todos os quatro estados e esses seminários são
10207 feitos com mais de uma usina e nós conseguimos fazer um trabalho integrado
10208 entre as usinas dos quatro estados. Assim, existe uma troca de experiência
10209 muito boa, muito rica entre os professores e com isso a gente tem conseguido,
10210 assim, fazer um trabalho bem interessante com relação à educação ambiental.
10211 E isso aqui, pra mim, puxando a base pra minha sardina, que me envolvi em
10212 todo esse processo por causa da minha paixão por passarinho, é que nós
10213 detectamos nos seminários, que os professores tinham um desconhecimento
10214 completo com relação à nossa fauna. Então, eu costumava fazer pergunta aos
10215 professores. Citem aí o nome de cinco animais silvestres. Aí vinha elefante,
10216 girafa, leão, hipopótamo e nossos animais nada. Então, nós propusemos que
10217 cada empresa adotasse um animal da Mata Atlântica do Nordeste como um
10218 mascote. Isso virou uma coqueluche. Então, todas as usinas têm um
10219 mascotezinho, adotou um mascote. Esses bichos tão. Você chega hoje lá
10220 numa usina do Nordeste tem o mascote na entrada, tem o mascote nas placas,
10221 no fundo de tela e tem algumas situações muito interessantes, pra ver a que

10222 nível ele leva isso a sério, que uma das usinas, em **(fala ininteligível)**, o
10223 proprietário ligou pra mim e disse: Fernando, eu quero que o meu mascote seja
10224 escolhido pelos meus alunos da minha escola. E eu mandei cinco alternativas
10225 de bichinhos pra ele e na hora que ele fez a eleição, uma semana de eleição,
10226 de campanha na escola, ele me ligou e disse: Fernando, você criou um
10227 problema muito sério na minha empresa. Eu digo: mas foi o que aconteceu?
10228 Disse: O menino escolheu uma preguiça como mascote. Como é que eu vou
10229 colocar uma preguiça como o meu mascote. E eu tive que ir lá na usina
10230 conversar com os alunos e terminou ficando o segundo colocado, que foi a
10231 sabiá. E uma empresa do setor hoteleiro que tá se implantando, que também tá
10232 fazendo uma parceria, adotou uma preguiça como mascote do hotel e ficou a
10233 Sabiá como sendo o mascote da usina. Mas hoje, eu desafio qualquer
10234 atividade que seja feito nas escolas com os alunos, ou com os professores, que
10235 apareça elefante ou hipopótamo, mas o tamanduá bandeira, o furão, o tapiti,
10236 esses bichinhos, todo mundo hoje conhece graças a esse mascotezinho que as
10237 empresas adotaram. Então, era isso que eu tinha que passar, porque o meu
10238 tempo foi muito rápido, né? E muito obrigada (aplausos).

10239
10240 **A SR^a. KÁTIA VASCONCELOS MONTEIRO** – Bastante rico o nosso painel,
10241 né? Sempre tendo como pano de fundo as parcerias. Eu estou insistindo nisso
10242 porque realmente acredito, né? Nós, da ONG, acreditamos que só é possível
10243 mudar o mundo através de parcerias de trabalho em conjunto, né? Fazendo
10244 tudo como se faz numa grande família. A gente ainda tá recebendo algumas
10245 perguntas. Eu vou passar a palavra pros nossos painelistas pra eles
10246 responderem em bloco as perguntas que já receberam. Vou pedir pra que eles
10247 sejam bastante breves também, né? Pra que a gente possa encerrar e fazer o
10248 nosso intervalo. Começamos com a Miriam.

10249
10250 **A SR^a. MIRIAM PROCHINOV** – Bom. Tem uma pergunta aqui, que é do Luís
10251 Tourinho. Quando você fala que o produtor deve pelo menos recuperar alguma
10252 coisa das APPs. Dê um exemplo de recuperar dez dos 30 metros. Se ele for
10253 fiscalizado, o órgão ambiental ia dizer que está irregular e irá lavrar auto de
10254 infração, ou será que o órgão ambiental irá orientá-lo. Bom. Primeiro que
10255 esclarecer o seguinte. A Apremav, ela não é um órgão fiscalizador, com
10256 poderes de autuação. Então, se houver algum caso de desmatamento, por
10257 exemplo, não tem conversa. Isso é muito importante de ser dito aqui. E ao
10258 mesmo tempo a Apremav não é um órgão como o Ministério Público que pode
10259 exigir o cumprimento estrito da lei, mas nós nunca falamos prum proprietário,
10260 por exemplo, que está disposto a recuperar cinco, dez, vinte metros de APP,
10261 que ele vai estar regular fazendo apenas a metragem inferior. Ele continua
10262 sabendo que ele é passível de autuação caso haja uma fiscalização. Então,
10263 nós temos que levar em conta o que a gente tá falando de passivo ambiental e
10264 existem diferentes experiências em estados, por exemplo, com a cobrança
10265 nesse passivo. Em Santa Catarina, infelizmente, as experiências são muito
10266 pequenas com relação ao passivo, especialmente das áreas de Preservação
10267 Permanente. Então, a Apremav adoraria ter hoje um programa a nível estadual,
10268 onde o Ministério Público nos ajudasse a cobrar que as APPs fosse
10269 recuperadas. A gente não tem isso. Seria um auxílio muito grande. Então, o
10270 agricultor, a gente nunca mente pra ele, a gente chega e diz claramente. Tudo

10271 bem, a gente te ajuda a fazer os cinco metros, a gente acha super importante
10272 que a gente faça esses cinco, esses dez por dois motivos, porque a
10273 experiência já nos diz que ele começando a recuperar, ele vai voltar e vai
10274 fazer o restante e a segunda, que ele sabe que é um começo e que ele vai, de
10275 alguma forma, poder ser cobrado por isso. Então, é um jogo aberto, é um jogo
10276 claro e eu gostaria muito que a fiscalização fosse mais rígida, porque ia ajudar
10277 bastante.

10278

10279 **A SR^a. KÁTIA VASCONCELOS MONTEIRO** – Rodrigo.

10280

10281 **O SR. RODRIGO PRATES JUNQUEIRA** – Tem uma questão da Mariângela
10282 de como que podemos obter informações para conseguir recursos financeiros
10283 pra implantação de projetos de recuperação ambiental no Ministério do Meio
10284 Ambiente. Mariângela, eu não trabalho no Ministério do Meio Ambiente. Eu
10285 acho que tem técnicos, representantes aqui que podem falar isso com mais
10286 propriedade. O que eu posso falar pra vocês é a nossa experiência, né? Como
10287 é que a gente, aonde e como que a gente acessou os recursos que são
10288 vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. Um é no Fundo Nacional do Meio
10289 Ambiente, que tem os seus editais abertos, editais de demanda induzida e
10290 demanda espontânea e no nosso caso, né, da campanha Icatuxingu e os
10291 recursos que são no PDA, o Programa Demonstrativo, mais especificamente no
10292 PADEQ, que é o Programa Alternativo ao Desmatamento e Queimada. Eu
10293 acho que no site. Eu acho que aqui tem vários representantes. Vocês podem
10294 conversar com eles e saber como é que tá a previsão de novos lançamentos,
10295 editais. Agora, um comentário que quem sabe que cada dia mais esses
10296 recursos são ficando mais difíceis de ser acessados, né? Em função de alguns
10297 motivos, que eu acho que não cabe aqui, agora, a gente estender. Esses
10298 recursos, eles demandam cada vez mais uma capacidade institucional bastante
10299 grande das organizações que querem acessá-los. Então, acaba acontecendo
10300 uma relação bastante perversa, né? Um recurso, às vezes, pequeno. Ele acaba
10301 sendo acessado prioritariamente por organizações grandes, mas sem dúvida aí
10302 existe algumas discussões, movimentos tentando sanar essa questão, né? E
10303 no nosso, no site da, tanto do ISA, quanto da campanha Icatuxingu, tem todos
10304 os nossos parceiros, tanto parceiros técnicos como parceiros financiadores. E,
10305 depois, se você quiser saber mais informações ou detalhes, como é que é esse
10306 caminho pra gente conseguir esses recursos pra isso, a gente conversa, tá
10307 bom?

10308

10309 **O SR. GILBERTO TIEPOLO** – Tem uma pergunta da Janete, da AMAS do
10310 Paraná. Perguntando onde está situada exatamente a atuação da TNC no
10311 Paraná e da cooperativa agrária. Bom. A TNC, especificamente no estado do
10312 Paraná, ela, nós estamos atuando na região de Cuaraqueçaba, em parceria
10313 com a sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, SPVS, com três projetos de
10314 carbono e na região da floresta com Araucária na, que fica na região de
10315 Guarapuava, que a área é uma das áreas de extrema importância biológica
10316 pela validação do Pró-bio, a área 507 do Pró-bio e onde está localizada a
10317 cooperativa agrária, justamente nessa área próximo à região de Guarapuava.
10318 Outra pergunta é sobre o custo de restauração, se mil dólares por hectare não
10319 é pouco. Bom, eu acho que o exemplo que eu dei, quando se fala em

10320 restauração, tem que se examinar caso a caso. Eu acho que se a gente tiver
10321 uma situação que você, que ainda tenha resiliência, o local, você não precisa
10322 de tudo isso, o custo é muito menor. E por outro lado, se você tiver uma área
10323 que você tem que fazer a recuperação do solo, você tem a questão da erosão
10324 forte. Realmente mil dólares por hectare seria pouco. O exemplo que eu dei, eu
10325 acho que foi, eu quis colocar uma média. Porque eu acho que o custo vai
10326 depender de caso pra caso.

10327
10328 **O SR. ELEOTÉRIO LANGOVISQ** – Minha colega Elma Romanó, Instituto de
10329 Engenharia do Paraná. Gostaria de saber se a ONG, a qual você trabalha, já
10330 obteve algum recurso federal ou estadual para a implementação do seu
10331 projeto? Bom. Houve um dia em que o Paraná, através do Conselho Estadual
10332 do Meio Ambiente criou o que foi chamado de carteira de projetos de ONGs e
10333 Municípios. Essa carteira distribuiu, na época, parte daquele dinheiro auferido
10334 pela multa aplicada pela Petrobrás, pelo vazamento lá no Paraná, no rio
10335 Iguçu, Se não me engano na faixa de dois, três milhões. Então, a Apromac,
10336 na época, apresentou dois projetos, sendo que um projeto foi aprovado. Aliás,
10337 os dois foram, só que apenas um foi contemplado com um convênio num valor
10338 de 60 mil reais, que era o limite. E esse projeto permitiu a Apromac comprar o
10339 trator, que tem sido de extrema utilidade pra nós e estranhamento, quando
10340 mudou o governo, o programa foi cortado e todas as ONGs ficaram a ver
10341 navios e algumas, por sinal, endividadas. Com relação a recursos federais, ainda
10342 não recebemos, a não ser um recurso do Fundo Nacional do Meio Ambiente,
10343 que foi utilizado pra realizar um estudo de negócio, né? Plano de negócio. Com
10344 relação a outra pergunta da Gi, Universidade Federal do Paraná, Curitiba,
10345 Paraná. O que você pensa dos recursos federais serem, em sua maioria,
10346 destinados aos projetos que se referem às regiões Norte e Nordeste do Brasil.
10347 Bom. Nós não temos opinião formada sobre isso, né? Sequer temos a
10348 quantidade de recursos que vai pra lá ou vem pra cá, né? Então, não posso.
10349 Não tem como responder isso aí. O que eu tenho sim é uma certa crítica com
10350 relação ao grau de dificuldade de se obter recursos. Apesar de que é como diz
10351 o nosso colega da ISA, né? As ONGs que estão, assim, melhor estruturadas
10352 tecnicamente, elas têm uma certa facilidade de escreverem bons projetos e
10353 esses bons projetos são via de regra aprovados, com recurso do PDA, com
10354 recurso do fundo, enfim, com várias fontes que estão à disposição. Sabemos
10355 que esse dinheiro existe. Existe sim também as dificuldades das pequenas
10356 ONGs de desenvolver bons projetos pra que eles sejam devidamente
10357 aprovados e os recursos sejam canalizados a essas pequenas ONGs, né?
10358 Talvez seja uma sugestão de melhorar essa relação entre pequenas ONGs e
10359 os recursos. É uma pergunta que tem mais uma parte aqui. Como se dá a
10360 divulgação da disponibilidade para os projetos? Se eu tô entendendo. Como
10361 que a Apromac, ela é contratada, né? Se for isso. Normalmente, como são
10362 projetos locais, nós temos um relacionamento muito próximo da participação
10363 com a comunidade local, né? Então, de repente, precisa de alguém que faça e
10364 estamos à disposição. Do contrário, também, nós temos sido contratados via
10365 internet, que tem sido uma ferramenta preciosa. O Sul do país, apesar da
10366 aparente riqueza, está carente de recursos para o desenvolvimento de projetos
10367 ambientais. Como solucionar essa deficiência? Bom. Creio que já respondi na

10368 primeira etapa e outros palestrantes já falaram bastante sobre esse assunto,
10369 sobre a busca de recursos, que eu acredito que deva ser feito cada vez mais.
10370

10371 **O SR. FERNANDO PINTO** – Bom. Aqui me perguntaram se as espécies de
10372 bambus utilizadas são nativas. Não, não são. Os bambus que foram mostrados
10373 eram bambus avugaris, apesar de ser disseminado na região, ela não é uma
10374 espécie nativa, mas ali foi apenas uma experiência num trecho do rio e até por
10375 orientação da própria universidade federal de Alagoas, já que eles estão
10376 fazendo um trabalho com o bambu, tão fazendo um experimento em diversas
10377 espécies de bambu e nós não estamos mais atualmente orientando no sentido
10378 de utilização do bambu, porque a própria universidade já se dispôs a nos
10379 indicar e até fornecer mudas de alguma espécie de bambu nativa que a gente
10380 possa utilizar. Essa pergunta foi interessante, porque é uma coisa bem atual
10381 esse trabalho que a gente tá querendo começar com a universidade. Vai ser
10382 um trabalho demorado. Eles estão começando com isso agora. Nós vamos ter,
10383 com certeza, dificuldade de conseguir produzir essa espécie nativas e
10384 principalmente. Identificar quais dessas espécies nativas elas poderiam, elas
10385 teria esse poder que tem o bambu avugaris de segurar essas margens de rio
10386 no período de chuva. Agora, o que a gente pode garantir é que esse tipo de
10387 bambu que nós estamos utilizando, ele não é um bambu, assim, alastrante, ele
10388 forma tosseiras, por isso esse potencial invasor não é tão sério como
10389 determinadas espécies de bambu que se alastra como capim, né? Que você
10390 planta e ela tem um poder de invasão muito grande, mas esse trabalho com
10391 relação a bambu, a gente tá começando agora a desenvolver com a
10392 Universidade Federal de Alagoas.
10393

10394 **A SR^a. KÁTIA VASCONCELOS MONTEIRO** – Nós recebemos uma pergunta
10395 aqui na mesa, que não foi direcionada a ninguém, mas que eu vou tomar a
10396 responsabilidade de responder, até porque quem tá falando em parceria aqui
10397 esse tempo todo sou eu, né? Nós temos o Valmir no Nordeste, que pergunta,
10398 né? Que diz que a visão das ONGs está mudando com relação a firmar
10399 parcerias para a realização de trabalhos com empresas potencialmente
10400 poluidoras. Pode ONGs firmar parcerias com empresas de celulose, ou o
10401 fantasma do eucalipto afugenta tais parcerias? Bom. Nós temos que ver que
10402 dentro de ONG existe uma série muito grande, uma diversidade muito grande
10403 de instituições não-governamentais. Só dentro da rede Mata Atlântica nós
10404 somos mais de 300 entidades, né? Então, entidades como a minha, nós não
10405 recebemos dinheiro de empresas de celulose e papel, de empresas
10406 potencialmente poluidoras, petroquímica, mas nós podemos eventualmente
10407 conversar com essas empresas, né? Isso pode ser muitas vezes ser visto
10408 como alguma parceria. Nós temos dentro da rede Mata Atlântica, nós temos
10409 entidades que fazem parcerias objetivamente falando, recebem dinheiro de
10410 empresas potencialmente poluidoras, né? Petrobrás, por exemplo, empresas
10411 de celulose e papel e temos outras que não, sequer sentam pra conversar.
10412 Então, isso, a gente avalia como um amadurecimento do movimento ambiental.
10413 Se dentro da rede nós somos 300. Quantas entidades nós somos no Brasil,
10414 né? Isso dá margem a várias formas de atuação e por isso as redes são
10415 importantes, pra juntar, pra lincar essas entidades mais radicais, tanto de um
10416 lado quanto de outro, né? E trabalhar no sentido da política pública, pra

10417 realmente tentar reverter esse processo de degradação que o planeta vive.
10418 Então, não acredito que entidades se vendam. Quem recebe dinheiro de uma
10419 empresa poluidora, ela não é uma entidade que mudou de lado. Ela sempre
10420 teve uma visão diferente, menos radical do que aquela que não recebe e são
10421 ações complementares. Eu acho que isso representa muito aquilo que a gente
10422 defende, que é diversidade, né? A gente defende a diversidade de paisagem, a
10423 gente defender a diversidade de fauna, diversidade de flora, a diversidade de
10424 biomas, temos que preservar também, defender a diversidade das pessoas de
10425 raça, de religiões, de culturas e preservar principalmente respeitar a
10426 diversidade de opiniões das pessoas e das entidades. Eu quero agradecer a
10427 participação de todos, né? Principalmente dos nossos painelistas. E quero
10428 encerrar o painel lembrando uma frase de Ghandi, que eu acho de extrema,
10429 extremo significado e que ao mesmo tempo é um desafio pra todos nós, né?
10430 Num determinado momento Ghandi disse que ele tinha que ser hoje o mundo
10431 que ele queria amanhã. Então, esse é o nosso desafio. Nós sermos hoje o
10432 mundo que nós queremos amanhã. Nós sermos hoje a APP que nós queremos
10433 amanhã. Brigada.

10434
10435 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Alô, valeu, brigado Mário. Olha,
10436 gente, nós vamos fazer então, um intervalo, quinze minutos e voltamos pra
10437 mesa, que vai tratar das experiências do Ministério Público e de associações
10438 urbanas. É muito importante, é uma experiência que vai ser bastante
10439 enriquecedora também, ta? Porque justamente, ta nos faltando um pouco falar
10440 de APP urbana, já foi falado aqui um pouco, mas vamos poder aprofundar mais
10441 aqui com algumas experiências de associações urbanas e também no
10442 Ministério Público Estadual e Federal. E eu quero avisar também, um aviso
10443 importante pra todos, sobre as salas, onde vão funcionar os GTs amanhã
10444 cedo,ta? Só pra vocês já irem registrando, quem já fez a inscrição em GT; o GT
10445 que trata de incentivos fiscais tributários vai ficar no Plenário 13. Todos os
10446 plenários que eu vou falar aqui são na Ala Alexandre Costa, Ala Senador
10447 Alexandre Costa. Então, o grupo 1, que é o grupo de incentivos fiscais e
10448 tributários fica no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa; o grupo 2, que é o grupo
10449 que ta com maios número de inscrições até agora, sobre iniciativas técnicas,
10450 ele vai ficar aqui no Plenário mesmo nesse auditório. O grupo 3 que trata da
10451 APPs em área urbana, esse grupo 3 vai se reunir na sala no Plenário 19, e
10452 também na ala Alexandre Costa e, finalmente, o grupo 4, sobre educação
10453 ambiental, esse grupo vai se reunir no Plenário 15, ta? Tá todo mundo meio
10454 cansado querendo o intervalo agora, pode não lembrar, nós vamos fazer uma
10455 papeleta na recepção amanhã com o nome do e o número da sala pra quem,
10456 inclusive não estiver aqui agora poder saber, ta? E, u quero também solicitar
10457 que as pessoas que estão colaborando na sistematização de propostas é... a
10458 Cleide do CONAMA, o Vladimir da Secretaria de Qualidade Ambiental, o
10459 pessoal da rede de OMGs da Mata Atlântica , Bruno. Nós vamos nos reunir
10460 sobre a sistematização no final dessa próxima mesa, ta? Quando a gente for
10461 construir a mesa, eu lembro novamente essas informações. Obrigado.

10462
10463 *(Intervalo para o café)*
10464

10465 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Não já passei pra Dominique, ela
10466 pediu pra fazer uns cartazes. Tá com ela ali. Pessoal, nós vamos retomar, pra
10467 dar início a essa mesa, a última mesa do dia e a última também do seminário,
10468 amanhã são grupos de trabalho e, ao final, uma plenária de apresentação dos
10469 resultados dos grupos. Então, eu quero solicitar à equipe do Ministério, que ta
10470 colaborando nessa organização, que nos ajude a chamar as pessoas lá fora;
10471 quem tomou café tomou, quem não tomou vai deixar pra tomar mais tarde, pra
10472 gente poder retomar os trabalhos aqui com essa mesa sobre experiências do
10473 Ministério Público e de associações urbanas. Então, quero pedir, por favor à
10474 equipe de organização que convide as pessoas que estão lá fora, para retornar
10475 ao auditório. Nós vamos compor a mesa. Temos aqui a presença do
10476 Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, que está acompanhando
10477 o seminário agora à tarde. Nós tivemos aqui mesmo no Senado reunião da
10478 Comissão tripartite, que reúne Adema, Anama, e o Governo Federal, Ministério
10479 do Meio Ambiente e, enquanto as pessoas vão se acomodando, nós vamos
10480 compor a mesa, quero chamar pra coordenar essa mesa a Cíntia de Souza
10481 Cardoso, que é gerente do Departamento Jurídico da Secretaria Municipal de
10482 Meio Ambiente de Belo Horizonte. A gente tinha previsto aqui a presença do
10483 presidente nacional da Anama – Sebastião Neivaz Júnior -, entretanto, ele, por
10484 questão de horário de voo e também da programação, ele ficou impossibilitado
10485 de coordenar a mesa, mas a Cíntia é também, participante ativa da Anama,
10486 inclusive do Conselho Nacional do Meio Ambiente e vai coordenar essa mesa.
10487 Quero convidar, também pra compor a mesa, pra falar sobre o projeto Formoso
10488 Vivo no Mato Grosso do Sul, o promotor Luciano Loubé, do Ministério Público
10489 de Bonito, no Mato Grosso do Sul; também do Ministério Público, quero
10490 convidar Alex Fernandes Santiago pra nos apresentar experiência da
10491 promotoria do rio São Francisco em Minas Gerais. Alex Fernandes, ta aí? Ah,
10492 OK. Pra falar sobre a recuperação da mata ciliar na bacia do rio Uruguai, eu
10493 convido pra compor a mesa Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, do Ministério
10494 Público do Rio Grande do Sul; também pra apresentar a experiência do
10495 programa Mutirão de Reflorestamento no Rio de Janeiro, Marcelo Hudson de
10496 Souza, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro
10497 e, finalmente, pra apresentar o projeto Pucunduba de Belém de Pará. Eu
10498 convido pra integrar também a mesa a Cíntia Linhares Fernandes, da
10499 Secretaria de Saneamento de Belém do estado do Pará. Que todos se
10500 acomodem, procurem o lugar mais confortável do auditório pra essa última
10501 mesa do dia e, passo então, a palavra pra Cíntia coordenar os trabalhos. Nós
10502 já informamos, só antes Cíntia, enquanto as pessoas vão se concentrando.
10503 Apenas lembrando, mais uma vez, a chegada de vocês pela manhã
10504 pontualmente às nove horas, nós vamos dar início diretamente aos trabalhos
10505 de grupos. Então, não vamos ter reunião plenária na parte da manhã, a não ser
10506 na conclusão dos trabalhos de grupos que será às 11 horas, ta, então, será de
10507 9 as 11, trabalho em grupo e as pessoas que ainda não sabem a sala do seu
10508 grupo, vai ter um cartaz na entrada desse auditório informando os locais.
10509 Então, Cíntia com a palavra.

10510
10511 **A SRª. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Boa noite a todos, gostaríamos, mais
10512 uma vez de agradecer a presença de todos neste momento, depois de um dia
10513 árduo, são várias palestras, mas vamos caminhar aí para o encerramento

10514 desses dias, faltam só mais cinco, eu pediria a compreensão de todos e a Judá
10515 de todos os participantes de mesa que a gente pudesse cumprir com os quinze
10516 minutos. Então, sem delongas, eu vou passar a palavra ao Dr. Luciano, do
10517 Projeto Formoso Vivo, de Bonito, Mato Grosso do Sul.

10518
10519 **O Sr. LUCIANO LOUBÉ** – Boa tarde a todos, eu gostaria que se colocasse a
10520 apresentação do PowerPoint, o pessoal da informática. Enquanto isso, em
10521 razão do adiantado da hora, procurarei ser pontual nos 15 minutos que me foi
10522 concedido. Inicialmente, eu agradeço ao CONAMA, pelo convite que nos foi
10523 feito pra tratar dessa experiência que ocorre em Mato Grosso do Sul, na cidade
10524 de Bonito, que muitos já, quem não conhece no local, já deve ter ouvido falar
10525 sobre, em reportagens, que é um dos pólos de ecoturismo de Mato Grosso do
10526 Sul. O Projeto Formoso Vivo surgiu, de uma necessidade contatada pelas
10527 organizações e pelas pessoas que trabalham no local na área ambiental, sobre
10528 a necessidade de conservação da bacia hidrográfica do rio Formoso, que é a
10529 principal veia turística de Bonito. Em todas aquelas imagens que passam na TV
10530 sobre águas cristalinas, a maioria daquelas imagens são feitas na bacia do rio
10531 Formoso. E é uma bacia de extrema importância pra cidade que vive a
10532 economia mais forte é agropecuária, mas o maior gerador de emprego e renda
10533 vem do ecoturismo. E o que ocorria com os órgãos ambientais com o Ministério
10534 Público na comarca de Bonito e isso ocorre na maioria dos lugares? Sempre se
10535 atuou de forma pontual, sempre se atuou de forma a: ocorreu um
10536 desmatamento, ocorreu uma denúncia, se desmatou um hectare de
10537 preservação permanente, o Ministério Público atuava, a Polícia Ambiental
10538 atuava, determinava a recuperação daquela área, mas, se na propriedade não
10539 havia reserva legal, não havia de preservação permanente já desmatada e
10540 outros períodos, não se fazia nada a respeito disso. Isso começou a
10541 comprometer a qualidade dessa bacia hidrográfica. Então, surgiu a
10542 necessidade de fazer um trabalho integrado nessa bacia e se optou por
10543 começar pelo rio principal dessa bacia, que é o rio Formoso. Só tínhamos um
10544 problema: tínhamos vontade de trabalhar, tinha iniciativa, mas não tinha
10545 recurso. Então, eu como minha grande equipe da minha Promotoria de Justiça,
10546 eu mesmo e mais um funcionário burocrático, começamos buscar parcerias
10547 locais pra tentarmos desenvolver algum trabalho nessa área do rio Formoso.
10548 Surgiu, então, a idéia do Projeto Formoso Vivo que, é um projeto executado
10549 pela promotoria de justiça, coordenado pela promotoria de justiça e executado
10550 pela Fundação Neutrópica do Brasil, que é uma ONG local, com mais de 10
10551 anos de atuação na comunidade. A bacia do rio Formoso, compreende cerca
10552 de 27% da área do município, 133 mil hectares e esse rio tem,
10553 aproximadamente 10 quilômetros de extensão. E essa bacia é dividida em 5
10554 bacias principais. E qual é o objetivo desse projeto? O objetivo maior é a
10555 questão da adequação das propriedades, a Legislação Ambiental, ou seja, a
10556 questão de cumprimento da Legislação Ambiental, no que diz respeito às
10557 propriedades rurais. Isso envolve a regularização das atalhas de preservação
10558 permanente, recuperação dessa áreas, a implementação e recuperação das
10559 reservas legais, à questão de conservação de solo, que mais pra frente eu vou
10560 mostrar um exemplo do porquê da importância dessa questão também ser
10561 trabalhada de forma integrada – reserva legal, áreas de preservação
10562 permanente e conservação de solo. Certo. Agora como que surgiu, como que

10563 foi dividido , como que foi feito esse trabalho no Ministério Público? Ele foi feito
10564 em três etapas: Uma primeira fase – diagnóstico ambiental de todas as
10565 propriedades do rio Formoso. Nessa fase, surgiu aquela questão que eu havia
10566 abordado a respeito da ausência de dinheiro. Existia algumas empresas
10567 mineradoras, outros casos de empresas que tinham um passivo ambiental, e
10568 esse passivo necessitava ser indenizado, além de recuperado área, sem
10569 dúvida nenhuma. E ao invés de se pegar esse dinheiro, mandar para um fundo,
10570 que nós não sabíamos se ia retornar ou não, as condições que ia retornar, se
10571 ia ser aplicado meio ambiente de forma correta ou não, optou-se por pegar
10572 essa indenização ambiental e aplicar efetivamente no município em algo que
10573 daria resultado. Essa indenização ambiental inicial custeou um trabalho de
10574 diagnóstico de todas as propriedades onde é o Formoso inicialmente e hoje
10575 esse projeto já se estendeu a outros seis rios da bacia. Nessa fase, foi feito um
10576 levantamento em todas as propriedades, mapeamento, identificação dos
10577 proprietários e, principalmente, um trabalho convencimento de que o objetivo
10578 daquilo não era penalizar ninguém. Objetivo daquilo, apesar do Ministério
10579 Público estar trabalhando em conjunto, o objetivo daquilo era oferecer
10580 oportunidades para que o proprietário rural regularizasse sua situação perante
10581 a Legislação Ambiental. Então, desde o primeiro momento, não foi lavrado
10582 nenhum ato de infração, o que não quer dizer que em alguns casos não será
10583 exigida indenização ambiental. Por exemplo, naqueles casos de grandes
10584 construções nas áreas de preservação permanente e que ficará comprovado
10585 que é inviável a retirada dessas construções, coisas desse tipo, grandes danos
10586 ambientais. Mas na maioria dos casos, primeiro, não houve multa pra ninguém
10587 e, segundo, houve uma tentativa de conscientização e foi muito difícil romper a
10588 barreira oficial do Ministério Público se mostrar como um órgão facilitador, e
10589 não como repressivo nessa conduta com os secretários rurais. Então, na
10590 primeira fase, diagnóstico: se tem reserva legal, se tem área de preservação
10591 permanente, se tem processo erosivos, quem é o proprietário, o que a
10592 propriedade exerce, pra onde vai o lixo, pra onde vai o esgoto, toda essa
10593 situação. Na segunda fase, após o levantamento dessas 75 propriedades que
10594 já estamos em 121, foi feito o plano de recuperação das áreas. É um momento
10595 de, num primeiro se olhou pra propriedade e disse olha, isso ta errado, não
10596 pode ser assim, não tem mata ciliar, não tem reserva legal, ou a reserva existe,
10597 mas não ta devidamente averbada. Apontamos o que estava de acordo com a
10598 Legislação, mas pra gente isso não era suficiente. Mais importante, era
10599 oferecer as soluções pros proprietários rurais. E nesse segunda fase houve
10600 uma participação de extrema importância, inicialmente, da Fundação Boticário,
10601 que apoiou um projeto, que foi elaborado pela Fundação Neutrópica, mas o
10602 que eu acho de mais interessante: alguns proprietários locais procurados,
10603 proprietários de atrativos turísticos se dispuseram a custear uma parte desse
10604 recurso para que, eles mesmo se beneficiassem, em razão da recuperação do
10605 meio ambiente dessa bacia que a galinha de ovos de ouro do município de
10606 Bonito. As pessoas, os proprietários tiveram a consciência de saber que se
10607 num dia de chuva, ou qualquer chuva, o rio passa a ficar marrom e não
10608 cristalino, ele ta perdendo dinheiro. Se o rio começa a ser degradado, ele ta
10609 perdendo dinheiro. Então, esses proprietários investiram no projeto nessa
10610 segunda fase. Então, primeira fase, olhar o que ta errado; segunda fase, dizer
10611 como consertar. E vem, então, a terceira fase, custeada pela Fundação

10612 Boticário integralmente, com parcerias locais também, que consiste justamente,
10613 em se chamar o proprietário e propor a ele a solução do problema, de que
10614 forma? Assinando um documento que já foi citado aqui hoje que chama Termo
10615 de Ajustamento de Conduta. O nome assusta um pouco, mas nada mais é do
10616 que um contrato ou um acordo com o Ministério Público, em que a pessoa
10617 reconhece que não tá 100% legal e que se dispõe a resolver essa situação.
10618 Essa é a filosofia do projeto, consensualidade, o que não quer dizer que
10619 naqueles casos em que o proprietário não queira se regularizar, o Ministério
10620 Público, por poder de ofício terá que ajuizar ação civil pública. Mas, numa via
10621 geral, nós temos conseguido dessa forma assinando. E outra parte importante
10622 nessa terceira fase, após assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, é
10623 justamente, o acompanhamento técnico da recuperação das áreas em que é
10624 contratado um engenheiro florestal, que foi contratado, ele acompanha os
10625 proprietários na recuperação dessas áreas. Então, alguns problemas
10626 detectados rapidamente: a ausência de mata ciliar, aquela figura redonda ali é
10627 uma área de *cooper*, um pista de *Cooper* num hotel dentro da APP. Com tanta
10628 área pra fora fizeram a pista dentro da APP; lavouras na área de preservação
10629 permanente desse rio; desvio do rio pra abastecimento de piscinas artificiais.
10630 Um problema mais complicado pra reverter a construção de muros de arrimo;
10631 tecnicamente eu penso que isso será muito difícil de reverter, voltar à mata
10632 ciliar como era antes; erosões, atividades em desacordo com a Legislação
10633 Ambiental, pocilgas dentro da APP. Uma outra coisa que foi abordada hoje e
10634 eu acho que essa foto ilustra bem, é a questão do bebedouro de gado na área
10635 de preservação permanente no acesso ao rio. O problema não é o gado beber
10636 água no rio, o problema é a erosão que ele causa, e isso aí evidencia, o gado
10637 começa a descer, lá na nossa terra a gente chama isso de trieiro, né, um
10638 trilheiro, e aí começa abrir áreas e virar uma erosão e outras obras como
10639 mineração que nesse caso aí que tinha na área de preservação permanente ou
10640 numa faixa especial que se encontra ao lado. Um dos problemas abordados
10641 nesse projeto quando ele iniciou, ainda não existia regulamentação de reserva
10642 ambiental no Mato Grosso do Sul. A reserva legal era averbada da forma como
10643 está aí (20% da totalidade do imóvel e ponto), não se sabe aonde, não se sabe
10644 quando, não se sabe como. Nós passamos a adotar o Memorial descritivo da
10645 reserva legal pra ser averbada na matrícula do imóvel, qual a importância
10646 disso? A importância dessa questão é que, uma vez averbada na matrícula do
10647 imóvel com o roteiro da reserva legal, nunca mais essa reserva legal pode ser
10648 alterada, ainda que venha morrer o proprietário e dividir a propriedade em dois,
10649 ainda que venha se vender uma parte da propriedade, aqueles 20% do imóvel
10650 original tem que ficar preservado. O passar, todas as propriedades têm mapas,
10651 esse é uma propriedade sem reserva legal e mata ciliar em vermelho aí, em
10652 vermelho aonde foi proposto a reserva legal, e aqui se os senhores observarem
10653 porque a reserva legal foi proposta dessa forma, de forma de comprimento, a
10654 idéia de conexão florestal de conectar a reserva legal de outra propriedade
10655 abaixo com a mata ciliar e com essa reserva legal que vai ser recuperada; 61%
10656 das propriedades tinham alguma APP a recompor e as características
10657 diferenciais do projeto na minha visão, primeiro: institucionalidade, Ministério
10658 Público, IBAMA, Polícia Ambiental, ONGs e setor ambiental trabalhando juntos.
10659 É difícil, é complicado, mas eu lembro daquela história do porco espinho –
10660 dizem que os porcos espinhos no inverno, se não se juntarem morrem

10661 congelados, mas eles se juntam e ficam se espetando – e não tem outro jeito,
10662 ou nós nos juntamos e nos espetamos ou nós nos separamos e morre todo
10663 mundo congelado. Então, essa é uma diferencial, a outra é uma doação dos
10664 empreendedores locais; outra, não apontamos só os erros, nós apontamos
10665 soluções de como resolver a situação. Os investimentos do projeto duzentos e
10666 vinte e três mil novecentos e cinqüenta reais até agora nenhum público
10667 diretamente. Agora conseguiu-se aprovar um projeto no Fundo Nacional de
10668 Meio Ambiente, que vai acrescentar isso, mas até esse momento, recurso
10669 público, de orçamento público não; indenização ambiental sim. E da
10670 contrapartida dos proprietários, mais ou menos pelos que nós calculamos, eles
10671 já investiram 180 mil em recuperação de áreas, isso principalmente em
10672 cercamento de áreas e mudas nativas, metade desse custo com indenização
10673 ambiental e, eu trouxe essas fotos pra tocar nesse assunto que eu acho
10674 importantíssimo trabalhar. Na minha visão, não se pode trabalhar APP
10675 dissociado da questão da reserva legal e, principalmente, dissociado da
10676 questão da conservação do solo. Essa cachoeira que se vê aí não é uma
10677 cachoeira, é água de chuva vindo de um pasto, e água desse volume não há
10678 mata ciliar que segure. Então eu acho de extrema importância, que se trabalhe
10679 de forma conjugada a reserva legal, a APP e conservação dos solos das
10680 propriedades; alguns exemplos de erosões e eu vou passar pros resultados pra
10681 já ir encerrando. Foram TACs assinados, iniciada a 3ª fase com orientação
10682 técnica; 16 proprietários se comprometeram em a criar RPPNs, isso totaliza 3
10683 mil hectares. Isso ainda está sendo encaminhado pra Secretaria de Meio
10684 Ambiente, mas isso já consta no Termo de Ajustamento de Conduta. Alguns
10685 por convencimento do pessoal da ONG do meio próprio, outros por indenização
10686 ambiental foi criada a RPPN, comprometida a criação de RPPN. Revitalização
10687 do viveiro municipal pra abastecer o projeto – 150 mil mudas/ano -, também
10688 com indenização ambiental e um pouco do recurso do semestre ecológico.
10689 Inclusão social, como àquela questão da falta do dinheiro, a gente precisa ir
10690 resolvendo a situação de uma forma ou de outra. Nós precisamos mandar as
10691 pessoas que precisam prestar pela alternativa, aquela pessoa que brigou com
10692 o vizinho, aqueles crimes leves a prestar serviços no viveiro municipal. Lá é
10693 uma situação agradável, não é degradante e também incluímos dois presos pra
10694 trabalhar no viveiro municipal; pra nós é bom porque eles estão trabalhando e
10695 pra eles a cada três dias trabalhados abate um dia na pena; conservação de
10696 solo; isolamento de um bebedouro de gado; retirada de estruturas. Aqui
10697 também uma casa que tava na APP foi retirada, uma piscina que tava na APP
10698 também foi retirada, mais de 20 quilômetros de cerca, 71 hectares em
10699 recuperação, isso corresponde a 60% da área de APP que tem que ser
10700 recuperada. Algumas áreas onde não há gado se demarca com placas; plantio
10701 de mudas, também 20 mil mudas plantadas, aí alguma muda já grande, é a
10702 mesma nas três fotos. E aqui eu trouxe um exemplo de regeneração natural,
10703 gostaria que vocês que os senhores observassem o morro tanto debaixo
10704 quanto de cima naquela curva há dezessete anos atrás e hoje, uma área que
10705 simplesmente foi abandonada, acho que hoje já foi tratado esse assunto de
10706 regeneração natural, mas eu só queria abordar que esse é o fator principal que
10707 nós temos utilizado em relação, principalmente, do custo, de ser reduzido o
10708 custo pro proprietário, porque cada quilômetro de cerca, ele já gasta em torno
10709 de 6, 7 mil reais pra cercar. Então, se tiver outros custos, dificulta mais. Aqui é

10710 uma imagem de RPPN, de junção de RPPNs, reservas legais e o Parque
10711 Nacional da serra da Bodoquena, com essa idéia do projeto de conexão
10712 florestal. Essa linha vermelha grande é o parque da Bodoquena, essas linhas
10713 amarelas são algumas RPPNs propostas e as em alaranjados são algumas
10714 propostas legais tentando conectar esses remanescentes. Os nossos
10715 parceiros, o Ibama, a Polícia Ambiental e Fundação Boticário e, por fim, pra
10716 encerrar, algumas sugestões que eu acho importante: primeiro, trabalhar de
10717 forma integrada em áreas de preservação permanente e reservas legais;
10718 segundo, colocar de forma clara a legislação, eu acho que o CONAMA pode
10719 fazer isso em regulamentação a obrigatoriedade de isolamento das APPs
10720 degradadas. Isso decorre da jurisprudência, decorre da lei, mas num, pelo
10721 menos que eu conheça está de forma peremptória declarado na legislação,
10722 isso ajuda muito. Já to encerrando que meu tempo já foi encerrado. A melhoria
10723 também da legislação no que diz respeito à obrigatoriedade de conservação de
10724 solo nas propriedades; existe um dispositivo Estatuto da Terra, outros em
10725 outros lugares, interpretação da jurisprudência, mas também é necessário que
10726 se coloque as coisas mais clara e peremptória pra facilitar na exigência disso e
10727 principalmente, que eu acho interessante, vamos colocar o Ministério Público
10728 pra trabalhar. Parcerias entre ONGs e Ministério Público, lançamentos de
10729 editais específicos pro Ministério Público. O Ministério Público pode ser um
10730 parceiro, não é o salvador da lavoura, não vai resolver os problemas
10731 ambientais do Brasil, que só vão resolver os problemas ambientais com junção
10732 de forças, mas eu acho ainda que o Ministério Público ainda é pouco exigido.
10733 Então, se o Ministério Público tiver nas mãos aquilo que eu mostrei lá atrás, um
10734 mapa da propriedade, com o nome da pessoa, com o que tem de errado na
10735 propriedade, isso com as ferramentas tecnológicas que nós temos não é difícil,
10736 ele tem dever de ofício de trabalhar, ele tem dever de ofício de resolver, de
10737 enfrentar situação: se vai ser de forma consensual, se vai ser de forma judicial,
10738 vai depender muito da abordagem como foi feita e do perfil de cada promotor
10739 ou de um trabalho integrado com todo Ministério Público dos estados,
10740 Ministério Público Federal, mas é necessário que se cobre mais o Ministério
10741 Público e eu se divulgue mais iniciativas como hoje aqui. Às vezes falta
10742 conhecimento pro Ministério Público. Hoje vai ser mostrado aqui o caso das
10743 promotorias do rio São Francisco que gerou no Mato Grosso do Sul, quando
10744 nós tomamos conhecimento a criação de um núcleo de promotores do
10745 pantanal. Por simbiose de conhecer o trabalho de Minas Gerais no rio São
10746 Francisco já gerou esse tipo de repetição. Esse projeto está sendo feito por 4,
10747 5, 6 promotores no estado, porque tiveram uma palestra, a gente apresentou.
10748 Então, se tivesse o incentivo, principalmente dos órgãos ambientais e dos
10749 órgãos colegiados de fundos pro Ministério Público e parceria ONG Ministério
10750 Público, eu acho que isso seria interessante. Gente, aqui eu encerro, pra quem
10751 quiser compreender um pouco mais do Formoso Vivo tem o *site* dentro do
10752 Ministério Público o site mp.ms.gov.br/formosovivo, ou, então, só site do
10753 Ministério Público mesmo tem o acesso lá, o *link* e aí o *site* da Neutrópica, o
10754 meu *e-mail* também, ta certo? Muito obrigado pelo convite novamente.

10755
10756 **A SR^a. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Nós gostaríamos de agradecer as
10757 palavras do Dr. Luciano e dizer que na minha cidade, Belo Horizonte, nós
10758 temos a parceria muito ativa com o Ministério Público e nós da Secretaria de

10759 Meio Ambiente os demandamos e eles também nos procuram pra dar
10760 subsídios técnicos. É isso aí. Eu acho que o estabelecimento de metas ta muito
10761 claro no desenrolar do dia, eu acho que por aí. Mas, vamos passar
10762 imediatamente às palavras do Dr. Alex Santiago, do Ministério Público de
10763 Minas Gerais, pra falar sobre a experiência da promotoria do rio São Francisco
10764 em Minas.

10765
10766 **O SR. ALEX FERNANDES SANTIAGO** – Boa tarde a todos parabenizando a
10767 iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, nesse tema tão importante, vamos
10768 cuidar das APPs, Seminário Nacional de Restauração de Áreas de
10769 Preservação Permanente. Agradecimento ao convite feito, acredito de deva ao
10770 Conselheiro Rosalvo, do CONAMA, do trabalho que nós desenvolvemos e
10771 também da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e também do Senhor
10772 Maurício Lache, o trabalho da promotoria do São Francisco em Minas Gerais.
10773 Cumprimentando também a presidente da mesa, a Dra. Cíntia e demais
10774 Ministérios Públicos aqui presentes das Associações Urbanas e se Deus quiser
10775 quando aposentar também serei um membro de ONG, então, espero passar
10776 para esse lado, se ainda existirem ONGs e também se existir Ação Civil
10777 Pública. Nesse cenário de um Seminário Nacional de Restauração de APP e
10778 nesse mesa de experiência de Ministério Público e de associações urbanas é
10779 interessante porque eu vou trazer uma experiência do Ministério Público de
10780 preservação permanente urbana, e ao que parece, não pude assistir a todas as
10781 apresentações de hoje, ainda não foi objeto até presente momento, de
10782 explanação. E, foi muito importante vir a esse tema interessante que hoje
10783 conversei com outra colega da promotoria do rio São Francisco, a Dra. Luciana
10784 Imaculada de Paula e ela trouxe a lembrança e ela trouxe a teoria das portas e
10785 das janelas de Machado de Assis; que nós já fizemos tanto mal à APPs, males
10786 práticos, males legislativos em experiências distantes e recentes, que nós
10787 fechamos portas para nossa consciência e nossa consciência não conseguiu
10788 respirar adequadamente, respirar com liberdade. E a gente fica tão
10789 constrangido na nossa consciência que a gente tem que abrir uma janela pra
10790 que ela possa respirar livremente. Espero que esse seminário seja uma
10791 oportunidade de a gente respirar livremente pras APPs. A Promotoria de
10792 Justiça do rio São Francisco foi criada da necessidade de dar um tratamento
10793 que atenda à característica maior do meio ambiente que é a ambicuidade, o
10794 meio ambiente está em todos os lugares; não adianta eu ter um promotor por
10795 comarca se, a de cima, não está tratando esgoto, se o depósito de sólidos não
10796 ta adequado, tem que ter um tratamento adequado em toda bacia hidrográfica.
10797 Então, vamos clicar em *enter*, foi objeto de um convênio entre o Ministério
10798 Público e o Ministério do Meio Ambiente, um investimento de 4 milhões de
10799 reais, para que fosse criada a promotoria do rio São Francisco em Minas
10800 Gerais. Vamos clicar em estrutura, foi criada uma estrutura para atuação do
10801 Ministério Público, o mineiro pode clicar em qualquer uma dessas cidades,
10802 investindo para existência das promotorias exclusivas de promotores do rio.
10803 São os primeiros promotores de um rio com atuação exclusiva que se tem
10804 notícia no Brasil e, por isso, buscando uma atuação integrada, além dos
10805 promotores de cada comarca, eles não substituem os promotores da comarca,
10806 eles auxiliam, coordenam e orientam desses promotores pra atuação integrada.
10807 Vamos clicar em atuação, dentre vários exemplos de atuação, nós priorizamos

10808 certos pontos e, sempre buscando a celebração de compromisso de
10809 ajustamento de conduta. Dentre um dos pontos, além de combate aos lixões,
10810 nós fizemos levantamento de todos os lixões de todos os 240 municípios que
10811 compõem a bacia do São Francisco em Minas Gerais, objetivamos a
10812 recuperação de matas ciliares e agora eu peço pra passar pro outro CD da
10813 apresentação tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais. E, no primeiro
10814 momento das áreas rurais, objetivamos no auto São Francisco mineiro, que
10815 tem muito a ver com nosso centro-oeste. Vamos pra próxima, agora posso ir
10816 passando, não posso? Não preciso aqui lembrar pros senhores as funções,
10817 não ta dando, as funções das APPs. Buscamos operação SOS São Francisco,
10818 no primeiro momento uma operação, fazer um levantamento com Ministério
10819 Público, Polícia Militar, Ibama, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o Crea,
10820 dos pontos de conflitos de todas as edificações irregulares na bacia do rio São
10821 Francisco o auto do São Francisco. Isso vai desde a nascente até o município
10822 de Três Marias. Nessa região, travo, não ta passando, não ta rodando. Vou
10823 pedir, pode passar. Nessa região, o objetivo, então, era buscar áreas de
10824 edificações irregulares nas margens do São Francisco, envolvendo um total de
10825 17 municípios. A metodologia de trabalho foi uma divisão em 6 fases, com
10826 elaboração de laudos periciais, instalações de inquéritos civis, convocação dos
10827 investigados pra celebração de ajustamento de conduta e fiscalização dos
10828 cumprimentos desse compromissos. Nós fizemos levantamento de todas as
10829 intervenções irregulares às margens do rio São Francisco nesse trecho de
10830 Minas Gerais e isso totalizou 480 intervenções não-autorizadas, especialmente
10831 os ranchos, os rancheiros; e isso gerou a elaboração de 408 laudos até hoje
10832 técnicos do Ibama e os estamos chamando cada um que celebrou, que fez a
10833 intervenção irregular pra recompor a área de preservação permanente
10834 remanescente; apresentar um laudo de risco geológico, pra mostrar que aquela
10835 construção não tem risco de ficar ali e compensar em um hectare, no mínimo,
10836 geralmente com intervenções pequenas, de 30 m² , 40 m², um hectare, no
10837 mínimo, de área de preservação permanente adicional com composição de
10838 mata ciliar ativa. Ele apresenta um projeto par o Ibama pra executar isso. E até
10839 hoje, não chamamos todos ainda, já chegamos a 203 ajustamentos de
10840 conduta. Nisso detectamos vários problemas e, nessa detecção, uma delas foi
10841 o desvio do rio São Francisco na década de 80 que simplesmente o rio São
10842 Francisco perdeu 7,5 quilômetros de área de preservação permanente, um
10843 local, chamado exatamente de Volta Grande no município de Lagoa da Prata.
10844 Mas nós vimos que isso não era o suficiente, o mais importante era chamar os
10845 grandes proprietários pra recomposição das áreas de preservação permanente
10846 das fazendas e reservas legais e essa é a segunda etapa do projeto que vai
10847 ser lançado agora na nascente no dia 17 de agosto, estão todos convidados no
10848 município de São Roque de Minas. É o projeto SOS São Francisco. As
10849 mesmas entidades adicionadas da Universidade Nacional de Lavras e a
10850 Emater, pela constatação da necessidade de um avanço, nós buscamos que
10851 todas as APPs, todas as reservas legais, numa extensão de 450 quilômetros
10852 da calha principal do São Francisco em Minas Gerais, desde a nascente até a
10853 represa de Três Marias, totalizando 7278 hectares e isso vai ser 78,1% do total
10854 . Cada proprietário vai ser chamado pra celebrar ajustamento de conduta e,
10855 para recompor APP e recompor reserva legal com sua averbação. Até hoje nós
10856 temos um índice de eficiência de 95% de celebração de ajustamento de

10857 conduta, só os outros 5% nós precisamos de propor ações civis públicas. E
10858 nesse objetivos, mas vai penalizar o proprietário ainda mais? Não, nós vamos e
10859 já fizemos isso, vai ser a experiência de Divinópolis que eu vou mostrar, buscar
10860 os custeio desse plantio com verbas próprias, a única obrigação, como
10861 proprietário, vai ser permitir o ingresso da equipe de plantio na propriedade, pra
10862 fazer a recomposição como já fizemos no município de Divinópolis e, essa
10863 metodologia vai ter todo levantamento do projeto, dos proprietários, de
10864 atividades de divulgação, adesão voluntária e, depois com a convocação, para
10865 quem não aderir, acompanhamento das áreas com interpretação das imagens
10866 por satélite. Esse projeto vai iniciar no Bambuí e Iguatana que são 16% da área
10867 total que nós pretendemos abarcar. Agora, eu vou trazer uma experiência que
10868 mostra que nós podemos com inteligência ou boa vontade, buscar esse
10869 financiamento desses projetos do próprio ajustamento de conduta, alimentando
10870 novos ajustamentos de conduta para os custeios e a execução. Isso ocorreu na
10871 cidade de Divinópolis. Divinópolis, pra quem não conhece é uma cidade de 200
10872 mil habitantes, situada no centro-oeste de Minas Gerais, que é um pólo
10873 siderúrgico e, apesar de ter uma população não tão grande, durante 3 a 4
10874 meses do ano, tem qualidade do ar inadequada ou regular e é a alma de sede
10875 da promotoria do rio São Francisco em Minas Gerais. Essa cidade se ressentia
10876 de um projeto ambiental, não existia uma área verde interessante, alguma
10877 coisa. Da reunião da promotoria do São Francisco com ambientalistas locais,
10878 representantes dos outros poderes, representantes do poder público, há uma
10879 fiscalização, nasceu a idéia de que deveríamos implantar uma grande floresta
10880 urbana, como? Aproveitando as áreas de preservação permanente
10881 remanescentes, para plantar, chamar cada um proprietário de APP urbano,
10882 dizer olha, posso plantar na sua propriedade? Pode. Então, vamos lá. Com isso
10883 se traçou um projeto de 80 hectares, com plantio de 1000 mudas por hectare,
10884 todas de mata nativa e o Ministério Público começou firmando um ajustamento
10885 de conduta com a empresa ferroviária por outro dono que destinou 100 mil
10886 reais pra execução do projeto, sendo que antes, em outro ajustamento de
10887 conduta já havíamos obtido 15 mil reais pra elaboração do projeto. Vendo o
10888 município de Divinópolis e rio Itapecerica, a gente vê que alguma beleza ele
10889 ainda tem, nem tudo estava perdido quando resolvemos iniciar a execução do
10890 projeto. Debatido com toda sociedade buscou-se então, o plantio de 84
10891 hectares, 84 mil mudas e educação ambiental para 200 professores da rede
10892 pública e municipal. A educação ambiental, a Fundação Educacional de
10893 Divinópolis fez e 200 professores foram capacitados para que difundissem a
10894 rede pública municipal estadual, pra que os alunos soubessem o que é APP,
10895 qual sua importância, pra que serve. Além disso, temos um jornal, que sai a
10896 cada 2 meses, com cinco mil exemplares, que é o Jornal Nova Margem, que é
10897 o principal jornal da cidade, ele inclusive trouxe, inclusive, traz um mapa com
10898 fotos de recuperação do rio Itapecerica com recuperação das áreas do plantio.
10899 Começamos, então, adquirindo as mudas, visitamos viveiros, formamos um
10900 Conselho gestor pra administrar a conta específica que foi criada pra abertura,
10901 para execução do projeto, composta de ONGs, representantes do poder
10902 público e do Ministério Público local e também da empresa COPASA, que é
10903 uma patrocinadora do projeto, e passamos, então, adquirir mudas para o
10904 plantio e ta aí as fotos das visitas aos viveiros. Tal como a experiência do
10905 Luciano, muito bem colocada, também utilizamos de albergados, pessoas que

10906 cumprem pena, visando a sua socialização, aí é quando tava selecionando a
10907 equipe, todos têm equipamentos de proteção individual, não precisa ficar mal
10908 impressionado com a foto. E eles fazem os trabalhos de plantio e recebem em
10909 um salário mínimo, que também vem dessa conta de 100 mil reais que ta
10910 rendendo que é uma beleza, o tempo é que não ta rendendo muito. Isso que
10911 nós estamos fazendo, iniciamos pelo trabalho de roçada das áreas de plantio
10912 públicas e particulares. Cada área foi vistoriada, cada proprietário foi chamado
10913 e o município também pra permitir que a equipe ingresse. E muito lugar era
10914 capim colonial braqueário, seja o que for, tinha que limpar pra poder plantar.
10915 Começamos um trabalho de roçada, já adquirimos um trator-roçadeira com o
10916 dinheiro do ajustamento de conduta, administrado por uma associação regional
10917 de proteção ambiental e as mudas foram sendo plantadas... pode ir passando.
10918 Até hoje nós já plantamos 12 mil mudas nas áreas públicas e particulares,
10919 projeto que já tem dois anos, aí são as primeiras fotos de plantio. Sempre o
10920 Conselho Gestor se reúne, a cada uma vez por mês, debate rumos, são muitas
10921 as dificuldades, é uma mensagem que demora a penetrar. Os senhores vejam
10922 que nas áreas já têm placas, áreas de ambientação ambiental e pra nossa
10923 grata satisfação, as mudas já estão crescendo, todas típicas de mata ciliar,
10924 todas acompanhados, o trabalho permanente de acompanhamento, roçada e
10925 tudo isso vem sendo desenvolvido e está ganhando corpo na sociedade, o
10926 projeto já é pra nós um sucesso, que ele já ingressou na mente da comunidade
10927 divinopolitana de Minas Gerais. Os senhores vêem que as mudas já estão
10928 apresentando um tamanho bastante expressivo e isso um projeto que tem
10929 apenas, dois anos, dois anos e meio de existência. Pode ir passando,
10930 clicando, clicando, clicando. Todas essas áreas são objetos de ajustamento de
10931 conduta; todas elas permitiram o plantio, nós ingressamos e estamos. O grupo
10932 gestor se reunindo, vai passando, e, a educação ambiental. Os colégios já
10933 internalizaram esse conceito, já abordam é bom que os filhos cobram os pais e
10934 são mais fiscais do que o próprio Ministério Público e a gente fica muito feliz
10935 com isso. Por último, até as capivaras passaram por um processo de educação
10936 ambiental, porque nós tivemos a dificuldade no começo, nós não podíamos
10937 imaginar que íamos ter que firmar TAC com as capivaras e a Cora Honey do O
10938 Globo ia até protestar, estavam comendo as mudas que a gente tava plantando
10939 ou deitando em cima delas e nós tivemos que ter mais cuidado no
10940 estaqueamentos das mudas, pra que as capivaras não fossem até lá e agora
10941 elas estão todas bonitinhas no cantinho delas lá; então, aderiram ao projeto
10942 também. Vamos à próxima. Além disso, aí, de repente, o município se
10943 empolgou, opa, vamos fazer área de caminhada, vamos fazer um tratamento
10944 paisagístico, integrar à comunidade de APP, ótimo, também está previsto um
10945 projeto de execução de um parque linear. Todas essas experiências são
10946 interessantes e a última que eu queria relatar foi as margens do rio Pará, o
10947 Ministério Público após fiscalizar 36 siderúrgicas do centro-oeste mineiro, outro
10948 dia entrei em contato com um colega de Corumbá, o Ricardo, que pediu um
10949 material, a gente enviou, a gente fica muito feliz com essa integração.
10950 Obtivemos um investimento de 4 milhões de reais em tecnologias limpas,
10951 adequação dos empreendimentos e de 2 milhões de reais de ajustamentos de
10952 medidas compensatória. Eu não poderia deixar de mostrar pros senhores, a
10953 área bonita que nós conseguimos comprar através de verba de ajustamento de
10954 conduta, que já foi doado ao estado de Minas Gerais, que a mata do Cedro,

10955 remanescente de Mata Atlântica, em Minas Gerais, são 1100 hectares, nós já
10956 compramos duzentos hectares e doamos pro estado de Minas Gerais, fruto de
10957 uma parceria, objetivos de todos, o Ministério Público quer se integrar. Nós não
10958 queremos a visão de que o Ministério Público quer cobrar. Mas é importante
10959 lembrar que na época em que Oswaldo Cruz, ninguém queria a vacinação e tal,
10960 teve uma revolta. A mensagem entrou depois, quem sabe a gente vai
10961 conseguir com jeito, jeitinho mineiro colocar essa mensagem ambiental na
10962 mente de todos. Muito obrigado pela atenção. (aplausos).

10963
10964 **A SR^a. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Gostaríamos de agradecer de
10965 agradecer a presença do Dr. Alex Santiago e dizer que o Ministério Público
10966 está com bola toda, até as capivaras obedecem, vamos lá. Então, vamos
10967 convidar o Dr. Ronaldo Adriano de Almeida do Ministério Público, do Rio
10968 Grande do Sul, pra tratar da recuperação da mata ciliar na bacia do Rio
10969 Uruguai.

10970
10971 **O SR. RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO** – Meu boa tarde a todos, é
10972 uma satisfação o convite, agradeço à comissão organizadora; agradeço
10973 também à Dra. Silvia Capelli, que é Procuradora de Justiça que me indicou e
10974 por óbvio o Procurador Geral de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, que
10975 me dispensou das atividades normais e me designou pra representar pra
10976 apresentar hoje o Ministério Público do Rio Grande do Sul aqui nesse
10977 importante evento ambiental. Bom, apreciei com cuidado, com acuidade todas
10978 as manifestações e tenho certeza que mais aprendi hoje do que posso
10979 contribuir. Mas com certeza numa síntese apertada diria que os expositores e
10980 regras referiram-se à necessidade de uma atuação conjunta, né. Seria também
10981 a necessidade do monitoramento e esse monitoramento implica em
10982 fiscalização, ta. A questão de impunidade aí imbuída e também a questão de
10983 ser por bacia hidrográfica, não atitudes isoladas, que atitudes isoladas não têm
10984 a força que o meio ambiente merece. E, por último, também, a questão óbvia
10985 sempre existente do dinheiro. Este projeto, esta realidade, que eu não falo mais
10986 de projeto. Eu vim aqui demonstrar algo já acabado, um projeto que já
10987 terminou, que foi 100% implementado. Esse projeto, ele mais ou menos, tem a
10988 teoria, ele atendeu a esses ditames que daqui saíram decididos entendo eu, de
10989 antemão que a plenária vai indicar algo por aí, porque instituição conjunta nós
10990 atuamos com todas as instituições possíveis. Envolvemos nesse projeto
10991 município, envolvemos colônias de pescadores, que é atuante e que tem só na
10992 nossa região em torno de 4 mil associados; envolvemos Emater, os órgãos
10993 estaduais que lidam com meio ambiente, da Secretaria de meio ambiente
10994 Defap, envolvemos o batalhão da polícia ambiental, sindicatos rurais e tantas
10995 outras instituições como IBAMA, Fepan, todas intuições foram convidadas para
10996 numa primeira reunião dar início a esse projeto e de uma forma resumida;
10997 depois eu passo rápido a questão dos slides que vai dizer tudo isso, nós, o rio
10998 Uruguai, ta, ele tem 1700 quilômetros, ele começa lá na divisa, é aquele mais
10999 azul ali começa na divisa de Santa Catarina e passa pelo Rio Grande do Sul
11000 em torno de 1000 quilômetros, tanto ali pela Argentina, pelo Uruguai e
11001 desaguando no rio do Prata; é um rio, sem sombra de dúvidas, um dos mais
11002 importantes, na região sul, com certeza o mais importante. O projeto, ele visa à
11003 recuperação da mata ciliar do todo rio Uruguai, a idéia e recuperar os 900

11004 quilômetros. Começamos com 350 quilômetros, que vai depois do Xavier –
11005 município de Porto Xavier – até Barra do Guarito, envolvendo em torno de 110
11006 municípios e 9 promotorias. Se fez uma reunião primeiro pra decidir, sem
11007 nenhum vínculo jurídico, porque não tínhamos um instituto, até principalmente
11008 pela questão da autonomia do Ministério Público, não tem como obrigar o
11009 colega numa cidade vizinha a atuar da mesma maneira. Então, se fez uma
11010 reunião e se conseguiu de forma totalmente assim no amor mesmo, sem
11011 qualquer legislação, sem qualquer verba, para que se fizesse conjunto com os
11012 órgãos do batalhão ambiental e com os prefeitos municipais envolvidos um
11013 direcionamento de como que, por um bom senso poderíamos começar a
11014 resgatar aquilo que a 400 anos veio sendo degradado, porque a legislação fala
11015 em 500 metros. Eu primeiramente vou mostrar pros senhores qual era a
11016 realidade: a primeira medida que fizemos foi fazer um levantamento aero
11017 fotográfico com mapeamento por GPS, isso pelo ar, por óbvio. E pela terra, o
11018 batalhão de polícia ambiental com município em cada um desses 300
11019 quilômetros, localizou cada um desses 300 quilômetros, possuidores, posseiros,
11020 arrendatários ou qualquer título que tivesse aquela posse, ta, catalogou e
11021 fizeram um laudo individual, fotografando por terra e no laudo individual
11022 dizendo a porcentagem que tinha de vegetação, o que tinha, se tinha criação,
11023 se tinha gado, enfim, ficou um mapeamento real e concreto de cada um desses
11024 possuidores. Aí, se decidiu a partir desse levantamento que como a ausência
11025 era total da vegetação e as condições econômicas predominantes eram
11026 precárias, o objetivo inicial era recompor 50 metros desse 350 quilômetros. E
11027 como é que chegou a esses 50 metros? A legislação fala em 500, o rio tem
11028 mais de 600 metros de largura, é um rio que dá uma média de um quilômetro
11029 de largura. Como é que se chegou a esse resultado? Primeiro, impossível,
11030 porque esse projeto não tem nenhum centavo de investimento, não tem, não
11031 houve verbas de nenhuma instituição, de nenhum órgão governamental. Ele
11032 simplesmente, ele foi feito, como repeti antes, no amor de cada um das
11033 instituições que tavam lá feito, inclusive, nem diárias que seriam bem
11034 razoáveis, foram concedidas por questões legais, porque não tinha um instituto
11035 assim legalizado do projeto, então, não houve investimento nenhum. Bom, os
11036 50 metros por esses motivos aí elencados, pequenos possuidores, 400 anos
11037 de degradação, porque 70 plante que o governo garante, a maioria da
11038 vegetação derrubada foi derrubada por prefeituras. Era uma outra realidade e
11039 nós tínhamos um paradigma: a lei de um lado e de outro lado um apoio
11040 governamental, uma outra cultura e, principalmente, do Rio Grande do Sul e
11041 outros tantos estados que era do cultivo. O jargão planta que o governo
11042 garante tava bem presente nesse projeto. Então, o projeto o foi 350
11043 quilômetros, começou em 99, número de prefeituras foram 11 e significa o
11044 seguinte: começou com audiências públicas. Essas audiências públicas eram
11045 feitas de forma coletiva, a Patran, depois de identificar, chamava em cada
11046 município todos os possuidores num ginásio de esporte ou coisa que o valham
11047 num ou um local que acolhesse e lá seria feita audiência pública e a finalidade
11048 dessa audiência pública era explicar a situação, tentar conseguir a simpatia
11049 desses ribeirinhos e que eles assinassem um termo de compromisso de
11050 ajustamento. E esse termo, basicamente, ele dizia a respeito a 3 questões:
11051 replantio dos 50 metros, isolamento da área, não-criação de nenhuma forma de
11052 pecuária ou coisa que o valha e, qualquer proibição de construção de qualquer

11053 tipo de imóvel ou coisa que o valha no local. Bom, foram feitas 15 audiências
11054 públicas; daí pra organizar foi nomeado um coordenador, eu fiquei coordenador
11055 desse projeto. E nessas audiências públicas foram realizados um por município
11056 e o total de possuidores que assinaram os acordos foram 1113, ou seja, 93% ;
11057 temos município que deu 100% de adesão. Rapidamente eu passo as fotos
11058 aéreas antes pros senhores notarem, do meu lado esquerdo é Argentina, do
11059 meu lado direito é Brasil. Então, nós tínhamos um rio dessa envergadura com
11060 uma ou duas carreiras de árvores, ou seja, esta era a realidade: se tinha lá,
11061 2,3,4,5 metros de mata nativa, ou seja, de mata ciliar e se tinha o absurdo de
11062 ter grandes plantações dentro de ilhas e isso envergonho, envergonho a mim e
11063 todas as entidades que lidam a Patram, a Fepam, a todas as autoridades que
11064 lidam com meio ambiente e que deveriam e que poderiam fazer alguma coisa,
11065 envergonho em saber que se fazia uma casquinha ao redor da ilha pra se
11066 plantar grande extensões e daí nós não estamos falando de um hectare ou
11067 duas, tem ilhas que eram plantadas até 40 hectares dentro de ilhas. Essa
11068 imagem é bem característica, mas não precisa ser dito. Essa é outra ilha que
11069 era plantada, por terra não se via isso aí. Então, era toda essa situação que se
11070 tinha lá do rio Uruguai. Esse levantamento fotográfico, então foi feito em toda
11071 da região e foi feito após um ano desse primeiro acordo uma vistoria, aonde se
11072 constatou que apenas 17% cumpriram integralmente, apenas não, se olhar
11073 assim parece uma decepção; por outro lado, se analisar que foram 400 anos
11074 de devastação, em questão de 2 anos tu ter 17% que cumpriram integralmente,
11075 foi um sucesso. Aí o que fazer? Executar o plano. Essas são imagens do que
11076 foi encontrado lá na segunda vistoria. Executar o compromisso de ajustamento
11077 aonde previa penas que não tinha como serem cobrados, que eram ultra-
11078 diárias de 200 reais, que pra realidade do povo lá era impossível de serem
11079 cobrados, mas surgiu uma idéia de fazer um novo compromisso, ou seja, de
11080 chamar de novo aquele pessoal que não cumpriu e fazer um novo
11081 compromisso. Novo compromisso foi feito, passado um tempo, resolveram
11082 fazer uma ação que lá no Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul foi
11083 inédita e talvez não tenham conhecimento no Brasil de ter sido realizado dessa
11084 maneira, que nós mudamos todo o judiciário, o judiciário local encabeçou a
11085 causa também e com uma portaria transferiu por 13 dias o fórum lá pra beira
11086 do rio, nós conseguimos ir a casa dos moradores pra instalar fórum de
11087 defensoria pública e todos os órgãos para quê? Para operacionalizar, otimizar
11088 e fazer de uma forma eficiente a fiscalização àqueles que não cumpriram.
11089 Neste dia foram fiscalizados 143 posses, vistoriados 89, por que 89? Porque
11090 nas outras, pra não perder tempo aquelas que visivelmente eram estímulo
11091 adimplido com o segundo acordo, se fez simplesmente uma confirmação sem
11092 fazer um laudo pormenorizado. Então, fez-se 18 audiências no Ministério
11093 Público, 23 audiências judiciais e 28 denúncias criminais lá no ato, e uma ação
11094 civil pública mais duas processos administrativos. Como é que funcionava?
11095 Aqui foi abertura do projeto, esteve envolvido o Exército, esteve envolvido o
11096 Ministério Público, Ibama, Fepam, Brigada Militar, Batalhão da Polícia
11097 Ambiental, todos os possuidores foram chamados pra essa audiência pública lá
11098 aonde estava instalado o fórum, o Ministério Público, Defensoria Pública,
11099 IBAMA, Defap, todos os órgãos envolvidos que tinham cada um sua sede lá. Aí
11100 foram divididos pra resumir dado o adiantar do tempo, foram divididos equipes,
11101 aonde um técnico da área da biologia, engenheiro florestal, né, junto com dois

11102 ou três integrantes do Batalhão da Polícia Ambiental, e com dois ou três do
11103 Exército e o Exército justificaria ali, foi fácil de ter a participação do Exército
11104 porque era rio internacional. Aí todos os possuidores foram lá, foram avisados
11105 do que ia ser feito, eles assinaram um termo de presença e as audiências
11106 ocorriam lá mesmo na beira do rio; saía uma equipe com uma máquina
11107 fotográfica, chegava, fazia medição, não implementou tirava foto e
11108 automaticamente, já convidava o cidadão pra comparecer no Ministério
11109 Público. Tinha carros do Exército, do Ministério Público e tal pra trazer e ele
11110 vinha ali, se fazia. Quando era mínima a diferença do se queira, fazia um novo
11111 ajustamento pra ele cumprir 5 metros, 1 metro. Quando era exagerado que ele
11112 não cumprisse, fazia a denúncia criminal. Foi feito 28 denúncias criminais,
11113 nessas denúncias criminais, como todo mundo era boa gente, não tinha
11114 antecedentes, foi feita a questão da suspensão do processo e nessa
11115 suspensão 3 casas foram demolidas. Aqui são imagens lá do local e,
11116 efetivamente, nesses 3 dias, todos os participantes permaneceram no local, o
11117 local fica 30 quilômetros da cidade mais próxima, é um local ermo e agora aqui,
11118 o que se exigiu, então, pra terminar? Se exigiu simplesmente como nós
11119 esbarramos na questão do plantio. O cidadão dizia doutor não tenho como
11120 pagar 3 reais uma muda e não tem mesmo. Mil mudas não faz nem cócegas
11121 numa propriedade e eles não têm, e era a realidade nossa lá, não tem. Aí vai
11122 pra técnica, precisamos da comunidade científica, conversa com um
11123 engenheiro, conversa com outro e dia olha esse local se regenera, não sei o
11124 quê, isolando e não deixando animal chegar perto, ta de bom tamanho. Aí que
11125 se decidiu isolar. E pra nossa surpresa, nós fizemos a última vistoria no mês
11126 passado, essas são as fotos do mês passado: em 2 anos, a realidade do rio,
11127 agora nesse 50 metros, agora nesse período, é toda essa aí que está sendo
11128 demonstrado. Antes essa lavoura ia até o rio, agora ela tem esse... como os
11129 moradores lá disseram, Dr. Tá virando um inferno aquilo lá, ta vindo tudo que é
11130 tipo de vegetação, não conseguimos mais chegar no rio. Mas é ótimo, é esse
11131 inferno que a gente quer. É justamente esse inferno que a gente quer, a gente
11132 não quer o acesso ao rio, pra que justamente o rio se recupere. E daí, na TV
11133 local já deu o problema, os animais que não têm mais aqui, que têm na
11134 Argentina, umas espécies de onça e outras coisas mais, estão vindo quando dá
11135 a seca, porque vem dá uma passeada no lado do Brasil e tem dado uns
11136 prejuízos nuns gados lá também, mas tudo questão da recuperação e alguns
11137 casos assim, também te bem visível onde foi isolado, e essa é a realidade, aqui
11138 não teve investimento nenhum, simplesmente, se isolo e teve esse
11139 resultado. Bom senhores terminando, eu trago aqui o testemunho deste projeto
11140 que entendemos que ele deu certo na medida em que agora se tem um
11141 espécie de vegetação, que aquele agrotóxico vai ser impedido de entrar no rio
11142 e isso graças a Deus só se conseguiu de todas as instituições que trabalham
11143 na área. Obrigado. (aplausos).

11144
11145 **A SRª. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Gostaria de agradecer as palavras do
11146 Dr. Ronaldo e parabenizar todas as iniciativas felizes aqui apresentadas pelo
11147 Ministério Público. A gente, como já disse, gestores municipais, estamos
11148 sempre trabalhando em parcerias com eles e agora vamos inaugurar as
11149 palavras dos gestores municipais, a problemática das APPs nas áreas urbanas,
11150 até esperamos que este tema seja melhor desenvolvido e aqui seja só um

11151 início de discussão, porque o caminho é tortuoso, doloroso, sacrificante tratar
11152 de APPs em áreas urbanas. Mas, então, vamos passar a palavra pro Dr.
11153 Marcelo Hudson Souza, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade
11154 do Rio de Janeiro pra falar sobre o programa Mutirão de Reflorestamento.

11155
11156 **O Sr. MARCELO HUDSON DE SOUZA** – Boa noite, meu nome é Marcelo
11157 Hudson eu sou engenheiro florestal e coordenador de conservação e
11158 recuperação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da cidade do Rio de
11159 Janeiro. Gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de dividir o nosso
11160 trabalho e mostrar um pouco aqui nesse encontro. Parabenizar a iniciativa é
11161 uma honra pra gente está ao lado aqui de todos esses projetos que foram
11162 apresentados hoje. O projeto Mutirão Reflorestamento, ele é uma experiência
11163 que foi iniciada na década de 80 pela prefeitura do Rio de Janeiro e o seu
11164 objetivo principal é a recuperação das encostas urbanas através da mão-de-
11165 obra de comunidades carentes, né. As favelas que se proliferam na cidade
11166 ocupam sua grande parte em áreas de encosta e com problemas da
11167 desestabilização dessas encostas houve uma iniciativa de aproveitar essa
11168 mão-de-obra pra realizar um trabalho de revitalização dessas áreas. Aqui é só
11169 a estrutura da secretaria, a coordenadoria de preservação ambiental, ela tem 3
11170 gerências, né, é gerência de unidades de conservação que é a que faz a
11171 gestão das nossas unidades de conservação; temos 16 parques, né, naturais
11172 entre outras categorias de unidades de conservação. E a gerência de
11173 reflorestamento que é onde reside o projeto mutirão. A gerência de
11174 manutenção é responsável pela manutenção das áreas implantadas. Só pra ter
11175 uma idéia do relevo da cidade do Rio de Janeiro; nós temos aqui a cidade, né,
11176 o município, onde a principal característica aqui seria a presença desses 3
11177 grandes maciços: o maciço da pedra branca, o maciço maior que vocês vêem aí
11178 à esquerda, onde está o parque estadual da pedra branca; à direita o maciço
11179 da Tijuca, onde está a floresta e acima temos os maciço Gerencinoque, parte
11180 dele está dentro do município. Esses maciços juntos com a algumas serras e
11181 morros isolados é constituído no refúgio da vegetação dos remanescentes
11182 florestais da cidade, dado que a malha urbana ocupa grande parte, a parte
11183 baixa da cidade, principalmente a parte leste da cidade, já que a leste, aliás, na
11184 zona oeste, nós temos assim uma maior área agrícola, seria a área menos
11185 povoada do município. Bom, o histórico aqui: vamos pra 1986, um pouco antes
11186 a prefeitura criou um projeto chamado Projeto Mutirão, que era o seguinte: a
11187 prefeitura entrava em comunidades carentes, né, e através dessa parceria ela
11188 fornecia infra-estrutura pra que essas comunidades realizassem obras de
11189 saneamento básico pra aquela comunidade, ou seja, a prefeitura, ela usava a
11190 mão-de-obra dessas favelas pra que fossem feitas benfeitorias nessas próprias
11191 comunidades e essa mão-de-obra era feita como um mutirão pelos próprios
11192 moradores da comunidade. Posteriormente, vieram a ser remunerados, a
11193 prefeitura encontrou um mecanismo pra remunerar essas pessoas. E em 1986
11194 foi inserido nesse programa as atividades de reflorestamento. A gente planou a
11195 primeira muda em janeiro de 1987 em uma comunidade em Jacarepaguá e em
11196 94 o projeto passou pra Secretaria de Meio Ambiente, onde até hoje ele se
11197 mantém. Bom, os objetivos principais do projeto são esses: a restauração de
11198 ambientes naturais degradados, né, através de recomposição da cobertura
11199 florestal e a ampliação da oferta de trabalho nessas comunidades. Esse seria a

11200 característica que funcionou, que fez o projeto obter os resultados que ele
11201 alcançou. Bom, indo àquela cartilha dos recuperadores, temos algumas
11202 funções aí do nosso trabalho, né, promover a estabilização do solo, né... esse
11203 problema, no Rio de Janeiro, nós temos um problema muito grave de
11204 estabilização das encostas na época de grande precipitação ocorrem acidentes
11205 e esse trabalho, ele visou inicialmente a minimizar esses efeitos. Outro
11206 problema também que o Rio tem é o problema das enchentes e essas
11207 enchentes causam prejuízos na cidade na parte baixa e, claro as intervenções
11208 necessárias pra minimizar isso seria basicamente a ampliação da rede de
11209 drenagem, o que vem sendo feito pelo estado e pelo município e o
11210 reflorestamento funciona como um complemento nessas medidas aí. Aqui cabe
11211 também mencionar que a prefeitura tem um programa bem similar ao projeto
11212 Mutirão Reflorestamento que se chama Guardiões dos Rios. Ele aproveita
11213 mão-de-obra dessas comunidades para fazerem constantemente limpeza e
11214 plantio nas margens do rios e canais da cidade. Outro aspecto interessante
11215 aqui no projeto é isso, é limitar expansão das comunidades carentes é isso
11216 sobre áreas de risco de proteção ambiental. O reflorestamento funciona como
11217 uma barreira à expansão dessas comunidades eu me arrisco até dizer que ele
11218 consegue até um respeito maior até do que a própria floresta natural. Em
11219 alguns locais esse assentamentos invadem áreas de vegetação natural, o que
11220 faz a prefeitura ter uma fiscalização ostensiva, né, ao passo que as áreas que
11221 implantadas pelo projeto, até hoje se ouve muito pouco registro de invasão
11222 dessas áreas. Isso se deve ao compromisso que essas comunidades tiveram.
11223 O trabalho passou a fazer parte da vida dessas pessoas e são testemunhas de
11224 um trabalho longo e adotaram essas áreas, né. Bom, então, aqueles funções
11225 aí convencionais, proteger remanescentes, regularizar os mananciais, a fixação
11226 do carbono, melhorar a paisagem, oferecer ambientes de lazer e educação
11227 ambiental. Bom, a metodologia do projeto, como é que se implanta? Primeiro, a
11228 seleção das áreas, a seleção das áreas é feita a partir de dois critérios –
11229 técnicos e sociais. Técnicos: existe um diagnóstico na cidade que determina o
11230 grau de necessidade de cada área, áreas que precisam de intervenção de
11231 recuperação. O importante que esse critério tem que estar associado à
11232 presença de comunidades, ou seja, a área, ela tem que ter presente uma
11233 comunidade, porque a mão-de-obra é oriunda dessa comunidade. Então,
11234 quando há necessidade de fazer recuperação numa área onde não tem
11235 comunidade, ele é feito através de outro processo, né, e não através do
11236 processo do Projeto Mutirão. Essas áreas são definidas, né. Existe uma
11237 demanda muito forte das comunidades pras prefeitura, porque o trabalho já é
11238 bem conhecido na cidade e é uma oferta de mão-de-obra, então, existem
11239 vários pedidos e nesses pedidos a gente classifica eles e seleciona e seleciona
11240 essas áreas. Depois da seleção da área é realizado o projeto executivo pela
11241 nossa equipe que parte para comunidade para fazer articulação comunitária.
11242 Nessa etapa, a gente conta com o apoio do Centro de Educação Ambiental da
11243 Prefeitura, que são equipes de agentes ambientais que ajudam os técnicos a
11244 entrar na comunidade através da associação de moradores e, assembléias, em
11245 várias reuniões eleger o encarregado da obra, né. É feita uma reunião, onde
11246 várias pessoas se candidatam a ser encarregado, eles fazem uma pequena
11247 provinha de avaliação, não muito complexa só pra ver se a pessoa tem
11248 afinidade e, a partir daí, ele monta a equipe dele, ta? Uma equipe em média

11249 tem de 10 a 15 pessoas. Bom, após a formação dessa equipe a prefeitura
11250 realiza a capacitação e treinamento dessas equipes, levando eles em outras
11251 áreas de reflorestamento, explicando todos os procedimentos de campo e tudo.
11252 Bom, a implantação, aí começa o projeto. Eu não vou entrar aqui, devido ao
11253 tempo, detalhes muito técnicos, eu gostaria muito, mas a implantação,
11254 basicamente, é realizada utilizando os conceitos da sucessão, né, da sucessão
11255 vegetal, é a densidade de plantio é, em média, depende de cada situação, mas
11256 em média de 2500 mudas por hectare, né. A gente, na fase de implantação, a
11257 gente tem que fazer a manutenção da área também e, as áreas em média, são
11258 trabalhadas em bacias, nós dividimos as nossas áreas em bacias, aquelas
11259 bacias que interferem naquelas comunidades. Existe uma comunidade que
11260 está localizada numa micro-bacia, a micro-bacia será a área que será
11261 implantado aquele projeto, podendo ser ampliada pra outras micro-bacias e pra
11262 encosta ou contraforte, conforme a necessidade. Manutenção: manutenção
11263 dessas áreas, aqui nesse encontro foi bem ressaltado aí a importância da
11264 manutenção e a gente acredita, também, que seria a principal etapa do projeto,
11265 né, que implantar se não mantiver, não se consegue com sucesso. O Rio de
11266 Janeiro tem um histórico de projetos de revegetação no passado que não certo,
11267 porque não se preocupou com a manutenção, inclusive vários com
11268 financiamento internacional e hoje, infelizmente, a gente não consegue
11269 encontrar vestígios desses projetos. Bom, a gente fica mantendo a área até
11270 quando for necessário de 3 anos e já tem projetos que têm até 8 anos tentando
11271 fazer manutenção, porque é a necessidade, o capim, né, ocorre, o principal, a
11272 manutenção é feita do capim colonial, do controle do capim colonial, que a
11273 prefeitura gasta muito com manutenção, com essa operação. A gente não pode
11274 usar herbicida nas nossas áreas, a legislação não permite. Vou, então, essa
11275 aqui é uma típica área de nossa né, tem uma comunidade em baixo, acima
11276 uma área de intervenção, a montante da comunidade. Você vê o pessoal
11277 trabalhando. Bom, o diferencial do projeto. O que a gente entende que como
11278 fatores positivos do projeto. Primeiro, essa parceria da comunidade com a
11279 prefeitura, né, onde a comunidade praticamente adota o trabalho; a
11280 manutenção contínua como foi explicado, o baixo custo, que nós utilizamos, o
11281 baixo custo que nós utilizamos um sistema de pagamento, que é um pouco
11282 diferenciado, é como se fosse uma bonificação, não é um salário e não incorre
11283 em encargos sociais, esse sistema já foi polêmico, mas existem
11284 pronunciamentos jurídicos que defendem a metodologia. E a produtividade: a
11285 gente utiliza produtividade pra operar as ações das operações, que é baseada
11286 numa tabela aqui que eu não vou entrar em detalhes, mas existe uma tabela de
11287 rendimento que a gente se baseia pra pagar essas pessoas no campo, né.
11288 Onde estão todas as operações e os que eles fazem são referentes esse
11289 rendimento. Nossos viveiros têm, nós temos 4 viveiros; essa capacidade, aqui
11290 não tem o total, não? Ah, porque aqui no computador não está. Tá legal, por
11291 mês. Aí estão uns dos viveiros, né. O viveiro da Fazenda Modelo, vista parcial,
11292 Campo Grande; temos uma equipe de coleta de sementes, né, uma equipe
11293 móvel, que já tem 1400 matrizes cadastradas e o total de 155 espécies, as
11294 espécies que a gente utiliza no projeto, rapidamente, Eu queria só pedir
11295 tolerância um pouquinho, porque a parte de fotografia, talvez até pudesse
11296 mostrar depois, que eu deixei pro final, porque ta muito, não tem fotografias, aí
11297 eu deixei pro final. Esse aqui é o total de comunidades que são atendidas, no

11298 município né, as áreas; total de trabalhadores são 516 trabalhadores;
11299 implantação e 338 trabalhadores hoje, né, totalizando 854, há ainda uma
11300 equipe de agentes ambientais. Opa, esse aqui eu vou passar. Me permite só
11301 passar umas meia dúzia de fotos de fotografias? Aqui é uma área plantada. Na
11302 verdade isso aqui está escrito antes, mas isso aqui é intermediário do trabalho;
11303 centro do Buriti Congonhas na zona norte da cidade. Esse é o morro São João
11304 Batista em Botafogo, morro do Dendê, aí a zona norte da cidade, morro do
11305 Sumaré, Vila João Nobre na zona oeste, ah, a gente faz recuperação de
11306 mangue também, esse aí é no mangue Jequiá, Ilha do Governador. Essa aí é a
11307 serra do Barata, o ângulo está um pouco diferente e a gente não tinha registro
11308 disso no projeto, mas trata-se da mesma área aí, né. Uma é aérea, a outra é
11309 terrestre. É a mesma área aí, uma vista geral, é maior área implantada em 66
11310 hectares; Morro do Alemão, esse é o cartão postal da cidade, é o morro Dois
11311 Irmãos, né. Aqui foi interessante, além de ter sido implantado o reflorestamento
11312 foi criado um parque aqui. Acho que é isso. Isso aí é algumas nomeações
11313 nossas, agradeço. Obrigado. (aplausos).

11314

A SR^a. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO – Nós gostaríamos de agradecer a palestra do Dr. Marcelo Hudson e convidar imediatamente A Dra. Cíntia Linhares Fernandes, da Secretaria de Saneamento de Belém do Pará, pra nos dizer algo sobre o projeto do Tutucunduba de Belém.

11319

SR^a. CÍNTIA LINHARES FERNANDES – Bom, eu vou tentar ser breve, mas vou fazer apresentação logo eu gostaria de passar um filme pra mostrar a prática hoje como está que ela está concluída. Bom, eu vou mostrar pra vocês primeiramente o rio, a importância dele no município. Belém ele está com 13 bacias hidrográficas, ele é recortado com furos e igarapés. Então, o desenvolvimento da cidade parte a partir da sua orla. E, a partir daí, começam os problemas de alagamento, por quê? Essas áreas do rio são consideradas as áreas de baixadas; as áreas de baixadas, elas são as áreas de cotas, de menores cotas. Então, por isso que se denominam áreas de baixada. E o município, ele trem na sua região metropolitana compõe com 5 municípios e todos com problemas de alagamento e aí nós vamos pra nossas contradições. Você vê a partir daí, da área da baixada, as copas sendo mais baixas e a cidade desenvolvendo de cota mais alta. E aí vamos pras práticas anteriores que foram realizadas: o canal é concretado e aí veio uns problemas, né: impermeabilização do leito do rio, impossibilidade da navegação, especulação imobiliária, desrespeito à biodiversidade e a utilização de rios e igarapés como receptores de esgotamentos sem tratamento. A partir daí começaram a observar que essa prática não estava sendo, na realidade beneficiando o município, porque o rio corta a cidade, os igarapés, e esses igarapés servem de mapeabilidade e daí que é feito o escoamento da produção das áreas mais baixas. E aí vamos ao igarapé do Fucunduba. O Fucunduba, pensou-se primeiramente fazer a sua concretagem também. E qual é o objetivo dessa obra? Sanear a bacia que vivia alagada, as casas são em palafitas. A urbanização do igarapé criando acesso viário das suas laterais com praças e portos e criar um mecanismo de inclusão social. A concepção do projeto foi um canal revestido de placas de concreto, o movimento de terra, as duas vias laterais perfazendo cada uma 15 metros de largura, duas pontes de concreto e

11346

11347 uma passarela e um porto para escoamento de passageiros. Dentro do projeto
11348 nós temos a comunidade em toda sua implantação; ela é participativa, ela é
11349 ouvida e a comunidade tem um conselho. Esse conselho é um conselho gestor
11350 com 41 representantes e eles se reúnem mensalmente e eles monitoram e
11351 fiscalizam essa obra. Hoje nós temos já uma obra concluída, um comitê
11352 formado pela própria comunidade. Então, o que houve com as várias reuniões,
11353 com a comunidade e eles, o principal momento dessas reuniões foi exatamente
11354 que não ia haver o transporte embarcações através dos rios para escoação
11355 dessa produção feita por eles e principalmente de madeiras, que existiam
11356 várias instâncias, e aí houve todo um problema. Então, vamos repensar o
11357 projeto e vamos fazer uma outra concepção. E aí foi pensando o projeto a partir
11358 de toda a comunidade que foi ouvida, toda uma discussão em cima disso e a
11359 prefeitura, após vários estudos chegou à conclusão que ia sair até mais barato
11360 fazer uma nova concepção, que concepção foi essa? A nova concepção era a
11361 dragagem do igarapé, a diminuição da caixa de ruas para 10 metros,
11362 resguardando o afastamento da borda de 5 metros do igarapé; a retirada do
11363 revestimento em concreto trabalhando parte do seu leito natural e revestimento
11364 em apenas 80 metros do solo. Houve também, a partir daí todo um estudo
11365 desse projeto pra que a comunidade aprovasse, né. A partir desse projeto que
11366 foi apresentado à comunidade, ele foi levado à plenária e essa comunidade
11367 aprovou esse projeto e toda comunidade, em sua maioria assinou o
11368 compromisso de que esse projeto seria aprovado por eles e seria fiscalizado e
11369 monitorado por toda essa comunidade através do seu conselho. Então, partiu-
11370 se também para construção de ciclofaixas que foi uma das reivindicações deles
11371 e a construção de 2 portos, um em cada margem do igarapé. Por que essa
11372 construção dos portos? O igarapé, ele tinha praticamente os seus portos
11373 particulares. Então, a partir daí pensou-se um porto em cada margem do
11374 igarapé; houve grande resistência, sim, mas através daí foram mostrados a
11375 aplicação disso, como seria feito e a comunidade aos poucos e a comunidade
11376 aos poucos foi aceitando a construção desses portos. Hoje, nós tivemos
11377 problemas apenas na margem esquerda do igarapé; os moradores da
11378 proximidade, eles ainda não aceitaram que esse porto seja público. Então, o
11379 escoamento das suas mercadorias ainda é feito nas suas portas. Isso aí, o
11380 projeto em si, ele tem monitorado isso, tem chamado esses proprietários e
11381 mostrado o problema que estão trazendo, quer dizer, eles não estão
11382 respeitando todo um projeto que foi concebido até por eles. E houve a
11383 justificativa de toda essa concepção, né. Que foi a necessidade de
11384 urbanização, iniciar um processo de recuperação do igarapé, baixar os custos
11385 do projeto. E aí eu apresento pra vocês o projeto ainda na sua concepção: o
11386 igarapé Utucunduba foi dividido em três fases: a primeira fase, ele está
11387 concluído com 1 quilômetro 250 metros e a segunda fase com 1 quilômetro e a
11388 terceira fase 1 quilômetro e meio. Dentro do projeto Utucunduba, a partir daí
11389 houve a necessidade de urbanizar melhor essa área, o que houve então?
11390 Vamos partir para um novo projeto. Nós conseguimos recursos com HBB de
11391 construção de casas e blocos habitacionais. Hoje nós estamos com recursos
11392 de 24 milhões; essa é uma construção de 27 blocos multifamiliares, casas,
11393 estações de tratamento, praças, reservatório de água, centro comunitário e
11394 creche para 150 crianças. Conseguimos também no porto, que é exatamente
11395 este que está dando problema a construção de 150 barracas para feira, para

11396 fazer o escoamento dessa produção. E o plano de desenvolvimento local, que
11397 é chamado esse recurso da HBB, Riacho Doce e Pantanal, ele também tem
11398 feito melhorias na parte de suas vias, né. A partir daí temos o comitê ambiental,
11399 a participação também da comunidade no projeto e temos as atividades
11400 culturais e de lazer. Essa comunidade, ela hoje, ela vê o projeto como um
11401 grande benefício a toda essa comunidade que é carente; hoje o próprio
11402 município, ele tem dentro desse projeto todas as suas secretarias envolvidas.
11403 Nós temos a secretaria de urbanização; nós temos a secretária de
11404 saneamento; nós temos também a secretaria de educação e todos os órgãos
11405 estão envolvidos: a secretaria de assuntos jurídicos pra fazer realocação
11406 dessas famílias, o remanejamento. Então, na realidade é um projeto integrado
11407 e aí eu peço pra você passar o filme e aí nós vamos ver algumas entrevistas
11408 dos moradores, o benefício que o projeto trouxe.

11409
11410 *(apresentação de filme)*
11411

11412 “A capital do Pará um uma cidade tipicamente amazônica, desenhada por
11413 baías, rios e igarapés, bacias e canais. A bacia hidrográfica do Utucunduba,
11414 localizada a sudeste de Belém é afluente do rio Guamá e constituída de três
11415 igarapés. Há seis anos, cerca de 150 mil pessoas viviam em péssimas
11416 condições de infra-estrutura em seu entorno. Hoje isso é bem diferente. A bacia
11417 foi revitalizada e urbanizada. E os moradores usufruem de vias pavimentadas,
11418 canais e redes de água potável, eletricidade e telefonia. O projeto de
11419 revitalização iniciado em 2000 e ainda em curso visa à urbanização da região
11420 em harmonia com meio ambiente. As obras físicas convergem para
11421 navegabilidade do igarapé através da construção de portos, bondes e
11422 passarelas, permitindo melhoria de transporte de carga e de passageiros; estão
11423 inclusivas, ainda, a construção de ciclofaixas, praças e calçadão e um centro
11424 turístico garantido a geração de renda e criando novas áreas de lazer para a
11425 população de Belém.

11426 **‘Depoimento no filme:** Essas duas comunidades, elas têm um primeiro
11427 projeto, que é a primeira etapa, que são a construções de 187 casas com 10
11428 blocos habitacionais; as casas já foram entregues a essa comunidade.
11429 Estamos na fase de construção dos blocos. E segunda etapa que já tem um
11430 recurso garantido, ta em fase de licitação e a construção de 10 blocos
11431 habitacionais. Esse 10 blocos habitacionais também são 272 unidades.’

11432 **‘Depoimento no filme:** Nós temos um comitê aqui formado por 48 pessoas da
11433 comunidade, onde a gente capacita essas pessoas, que eles sejam
11434 multiplicadores de informações, pra que eles venham nos ajudar nesse
11435 processo educativo. Nós fizemos recentemente uma parceria com a Delegacia
11436 Regional do Trabalho, onde foi encaminhado 123 jovens da comunidade pro
11437 programa Meu Primeiro Emprego, cursos de informática, panificação, de
11438 serigrafia, dentre outros.’

11439 ‘O trabalho de manutenção da obra é outro aspecto importante, assim como o
11440 acompanhamento e fiscalização principal beneficiada.’

11441 **Depoimento no filme:** ‘Era só ponte, ponte e vala e o igarapé, assim, sabe.
11442 Era difícil, que às vezes quebrava as tábuas e ia o varal pra dentro do canal, ou
11443 então pra dentro da vala, ta melhorando. Escola tem; tem a comunidade, centro

11444 comunitário aí, entendeu? Tem unidade de saúde, essas comunidades
11445 também; hoje não falta muita coisa, só ta a melhor cada vez mais.'

11446 **Depoimento no filme:** 'A gente morava junto com os ratos nas pontes e agora
11447 agente tamos esperando esses prédios aí, pra gente se mudar pra aí. Antes
11448 era assim cheio de pontes; era ponte quebrada pra cá, água a gente tinha que
11449 pegar pra lá; água a tinha que pegar pra cá, só tinha duas torneiras públicas.
11450 Depois encanaram as águas, fizeram encanamento nas águas, fizeram mais
11451 uma ponte a mais, ah, é um sonho que vai se realizar.'

11452 'O projeto de revitalização nas áreas alagáveis da baía do Tucunduba,
11453 proporcionou, além de intervenções físicas e ambientais, a inclusão social dos
11454 moradores do entorno gerando trabalho e renda e incentivando à permanência
11455 no local e criando a questão participativa na manutenção do bem público. É,
11456 portanto, um exemplo a ser seguido; exemplo de obra que promove a
11457 urbanização preservando e valorizando o que mais importante: o meio
11458 ambiente e comunidade. Prefeitura de Belém, reconstruindo a metrópole da
11459 Amazônia.'"

11460
11461 **Dra. Cíntia Linhares Fernandes** – A partir daí desse projeto houve grande
11462 necessidade de partir pra segunda etapa, até porque a primeira etapa, ela
11463 começou e você vê uma série de problemas que ta causando, porque toda a
11464 parte que ainda não foi urbanizada está exatamente no centro da cidade.
11465 Então, esse lixo, na realidade ele está prejudicando toda margem do igarapé. E
11466 a prefeitura, a partir daí desse momento, ela está com recurso, ela está em
11467 fase de captação, com projeto já avaliado com 22 milhões. Brigada.
11468 (aplausos).

11469
11470 **A SRª. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Nós gostaríamos de agradecer a
11471 presença da Dra. Cíntia Linhares e, antes de passar às perguntas, eu gostaria
11472 de convidar Elaine Dalama a todos os presentes pra participar do seu 10º
11473 encontro que acontecerá em Blumenau que acontecerá do dia 31 de julho ao
11474 dia 3 de agosto, Santa Catarina, estão todos convidados. Nós recebemos
11475 algumas perguntas aqui, encaminhadas aos membros do Ministério Público e
11476 aí eu gostaria de convidá-los a responder pela ordem das apresentações, mas
11477 nós tivemos duas perguntas encaminhadas ao Ministério Público de uma forma
11478 geral. Então, eu gostaria de formulá-las inicialmente para que eles se
11479 dispusessem a responder na ordem que interessaram e vamos lá:
11480 "Construções e IPPs são passíveis de regularização? Construções de IPPs de
11481 áreas urbanas e rurais são passíveis de regularização. Se a resposta for sim,
11482 se tiver OK, ou se for não, cabe a quem a decisão para demolição de tal
11483 construção em APP? Quanto tempo de existência a construção e APP deverá
11484 ter para não ser demolida? Adolf que a formulou. Uma outra pergunta
11485 formulada no Ministério Público de uma forma geral, questiona como o
11486 Ministério Público vê organizações não-governamentais estrangeiras capitando
11487 recursos públicos brasileiros, para restauração de áreas de preservação
11488 permanente. Que tipos de consórcios está ocorrendo entre essas ONGs,
11489 cooperativas e comitês de bacia? Foi formulado pelo instituto de engenharia do
11490 Paraná. Gostaria de ver quais dos membros do Ministério Público responderia
11491 a primeira e a segunda questão depois, por ordem das exposições passariam
11492 a usar perguntas formuladas individualmente. Primeira, quem se aventura?

11542 conselho dava? Vamos exigir compensatória de todo mundo, compensação
11543 que seja relevante, que tenha ganho ambiental e ao dinheiro pro asilo do tio
11544 João, pro creche não sei o quê, que não tem nada a ver com meio ambiente e,
11545 depois de 2002, a própria legislação estadual está me dizendo que não tem
11546 como regularizar ação de demolição pra todo mundo e recompor a área. É
11547 muito importante depois não deixar que casa seja arrombada e isso é função
11548 precípua do município – fiscalizar através de secretaria de meio ambiente e
11549 secretarias de obras que dão licença a torto e a direito, permitindo construções
11550 e APP, loteamentos e tal. A gente tem que barrar isso preventivamente, sem
11551 dizer dos municípios que devem ter em Mato Grosso, deve ter no Rio Grande
11552 do Sul, que é APP de 15 metros. Quando não é cinco, quando não é dez a
11553 legislação municipal. A gente tem que entrar com ação civil pública pra
11554 embargar todas as construções, pra não ter autorização, loteamento e
11555 concessão disso. A gente fez um roteiro, existe um CD nosso, ta até aqui
11556 comigo, de atuação, em área de preservação permanente com base nessas
11557 questões. Mas o mais importante é não deixar ocupar ainda as áreas
11558 remanescentes, que tenha uma fiscalização eficiente do município e do
11559 Ministério Público sobre os municípios.

11560
11561 **A SR^a. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Agradeço o Dr. Alex, gostaria de
11562 saber qual membro do Ministério Público gostaria de responder à questão
11563 formulada sobre as organizações não-governamentais estrangeiras e se
11564 manifestasse o mais brevemente possível, tendo em vista o avançado da hora.

11565
11566 **NÃO IDENTIFICADO** - Uma análise jurídica, primeiramente dessa questão das
11567 ONGs estrangeiras é que pelo que eu saiba, cem por cento por cento que
11568 acessam recursos são registradas como pessoas jurídicas nacionais, certo?
11569 Então, todas essas ONGs internacionais têm o braço brasileiro registrado como
11570 pessoa jurídica. Eu, pessoalmente não tenho uma opinião formada delas
11571 competindo com as ONGs locais, até porque são ONGs com muita força
11572 financeira. Agora o que mais preocupa é contrato discriminado sem licitação, o
11573 que lei permite com ONGs diretamente; por um lado é bom que desburocratiza,
11574 mas por outro lado é extremamente preocupante pela falta de fiscalização.
11575 Então, isso é muito mais preocupante e tem sido noticiário nacional fora da
11576 área ambiental, mais na área do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de
11577 contratações diretas de ONGs, sem licitações e que depois isso reverte em
11578 caixa de campanha, em doações ou desvio de recursos, isso eu acho mais
11579 preocupante. A Mariângela Damar do Paraná se não poderia a OAB e
11580 Ministério Público se juntarem pra que as multas ambientais aplicadas, pra
11581 propor um projeto de lei sejam investidas num local do dono, ou acharia
11582 interessante, deixando claro que existe na lei de crimes ambientais a obrigação
11583 das multas serem dirigidas a fundos – as federais pro um fundo nacional e as
11584 nacionais para fundos estaduais. Por exemplo, no estado do Mato Grosso do
11585 Sul isso não acontece, o dinheiro das multas entra diretamente no caixa do
11586 estado, isso geralmente não se reverte nas questões ambientais. O que há é
11587 um dispositivo na ação civil de lei pública dizendo que preferencialmente, as
11588 indenizações ambientais, é diferente da questão das multas, devem ser
11589 aplicados no local do dano. O Dr. Ricardo Rodrigues da Esalq me disse que
11590 concorda também com os isolamento das APPs, mas que muitos casos,

11591 naqueles locais muito tecnificadas de agricultura, esse isolamento não basta.
11592 Em Bonito o que a gente tem usado é: determina o isolamento da APP no
11593 primeiro ano, no segundo ano faz uma análise; os técnicos vão lá e analisam o
11594 local, se é necessário usar plantio de muda ou não. Mas ainda assim, entendo
11595 que deveria ser determinado de forma clara que ocupação de APP degradado
11596 tem ser cercada, até porque configura crime essa ocupação. Uma outra
11597 pergunta. Uma outra pergunta, ah, essa aqui é mais complicada: diz que o
11598 seguinte – muitos casos em promotores no interior, eu disse que o Ministério
11599 Público tem que ser mais cobrado. Em muitos casos os promotores se eximem
11600 de enfrentar as questões ambientais e o que pode ser feito, além comunicar o
11601 chefe do Ministério Público. Eu gostaria de dizer que o promotor, é um cidadão
11602 e ele tem preferências, geralmente pra uma área que ele gosta mais ou outra.
11603 No interior, como é o meu caso, o promotor faz clínica geral – infanto-
11604 juventude, crime, idoso, consumidor – e, às vezes, ele não se sensibiliza tanto
11605 com a questão ambiental. O que eu acho é que os promotores também têm
11606 que passar por um processo de educação ambiental e, inclusive nós temos
11607 feito isso em Mato Grosso do Sul, com as promotorias do Pantanal, que nós
11608 conseguimos colocar os 23 promotores, que atuam no Pantanal, dentro do
11609 Pantanal num hotel fazenda por três dias, tendo palestras, exclusivamente,
11610 sobre meio ambiente e Pantanal, não só sobre direito ambiental, porque direito
11611 ambiental é obrigação do promotor saber, mas sobre meio ambiente, o porquê
11612 da importância do meio ambiente. Então, eu acho que o principal a ser feito, a
11613 questão de convencimento dos colegas que, eventualmente não têm condições
11614 e entender que geralmente tem acúmulo de funções. E, por fim, pergunta
11615 Adriana, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, que pergunta qual
11616 instrumento jurídico utilizado para o repasse do recurso oriundos de
11617 indenização ambiental diretamente para o projeto, sem passar pelo fundo do
11618 meio ambiente. É a figura a da compensação ambiental? Inicialmente eu
11619 gostaria de dizer que no caso específico do Formoso Vivo, não foi passado
11620 nenhum centavo para qualquer organização. Se estabeleceu que a própria
11621 empresa deveria financiar tais e tais estudos, então, se estabelecer oh, você, o
11622 degradador contrata uma empresa privada que vai me entregar tais e tais
11623 produtos, da mesma forma que feito no viveiro municipal. Você tem que
11624 comprar tubetes, mudas, não-sei-o-quê, não-sei-o-quê, pra evitar transferência
11625 de dinheiro. E a questão, é uma questão jurídica complicada, a diferenciação
11626 ambiental e a compensação ambiental do *snoock*. Indenização ambiental, na
11627 minha visão, diz respeito à reparação do dano ambiental, além de, voltar ao
11628 estado que estava antes, ou seja, desmatou uma área tem que replantar.
11629 Existe um período em que a área vai ficar degradada, que deixou de produzir
11630 oxigênio, proteger animais e uma série de coisas. Isso, na minha visão tem que
11631 ser quantificado como indenização ambiental e ser exigido do empreendedor,
11632 do infrator, me desculpe. Já a figura do *snoock*, eu não tenho opinião formada
11633 de que instrumento jurídico se trata, porque é uma situação prévia, em que o
11634 empreendedor irá degradar por uma decorrência lícita e natural do
11635 empreendimento e nesse caso, sinceramente eu não tenho opinião formada se
11636 se trata de um tributo, e se for tributo é inconstitucional da forma como está lá,
11637 porque não ta fixada base de cálculo, alíquota. Se é um preço público pela
11638 utilização do meio ambiental, e aí sim poderia estar lá e ser regulamentado por
11639 normas inferiores da administração, ou, se realmente, é a reparação de dano

11640 preventiva, o que eu acho uma figura meio estranha, porque já que o meio
11641 ambiente é indisponível, como que a lei estabelecerá uma indenização prévia:
11642 bom, eu primeiro eu bato seu carro, depois eu bato nele. Em meio ambiente
11643 isso não é previsto. Alguns doutrinadores defendem uma coisa, outras
11644 defendem outras. Agora, a questão principal é: indenização ambiental de dano
11645 ambiental já ocorrido não se confunde com a compensação ambiental prevista
11646 na lei do *snoock* previstos para empreendimentos que vão se instalar ainda. Se
11647 eu respondi rapidamente e não fui muito claro, estou à disposição depois das
11648 pessoas pra gente conversar. Muito obrigado.

11649
11650 **A SRª. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Passaremos agora a palavra ao Dr.
11651 Ronaldo Adriano pra responder aos seus questionamentos após do Dr. Alex
11652 Santiago, um última pergunta dirigida à mesa.

11653
11654 **O SR. RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO** – A primeira pergunta diz o
11655 seguinte: No bloco anterior foi exposto que seria satisfatório considerar, pelo
11656 menos, 5 a metros de mata ciliar, caso não fosse possível os trinta metros.
11657 Qual a sua opinião a respeito? Como fica a exigência legal e se não facilita de
11658 certa forma o descumprimento das leis específicas que estabelecem quais são
11659 as larguras da produção de mata ciliar em função das larguras dos rios, à
11660 sucessão planeta azul Paraná. Nesse caso específico eu concordo, quer dizer,
11661 eu discordo do 5 a 10 metros, mas não discordando da atuação de algum
11662 colega que venha a fazer isso. Mas assim, a legislação, eu fui atrás, essa
11663 pergunta é muito inteligente e propícia, é nó principal da questão quando se
11664 resolve de mata ciliar. Eu fui atrás pra saber por que um rio com mais de 600
11665 metros é 500? Em que base? E o que as universidades lá me responderam,
11666 que até assim, de ser 30 o mínimo possível tem uma lógica. Porque, por
11667 exemplo, o agrotóxico, falo em agrotóxico que é o que em nossa região
11668 predomina, é o que mais vai escoar pro rio, que com 30 metros, não interessa
11669 se o rio tem 1 metro, dois metros, três metros ou cem metros, com 30 metros,
11670 ela teria essa capacidade, na verdade a pesquisa eu fiz por 50, aquele projeto
11671 do rio Uruguai. Ela teria essa capacidade de reter, que o próprio solo, que
11672 ficaria retido, o solo trataria de recompor, não é. Então, tem uma questão dos
11673 técnicos e por óbvia essa questão técnica eu deixo pros técnicos, não costumo
11674 opinar nesta área e eles disseram que 50 metros implementados, do ponto de
11675 vista biológico ali no local estaria excelente. Só que menos deste mínimo, que
11676 é 30, eles achavam temerário, porque uns 5 metros, aquela não seria uma
11677 mata ciliar com efeitos que teria. Então, nesse ponto eu concordo com
11678 sucessão do Planeta Azul, que fez a pergunta e eu acho que o entendimento
11679 deles é que de 5 a 10 metros seria contra a lei, nesse caso, mas por óbvio,
11680 uma implementação por partes, evidentemente não vai contra a lei, porque
11681 senão naquela saída que o colega falou: ou não se faz nada e ta tudo bem, ou
11682 se faz 10 metros e daí se tem, inclusive porque todo o inquérito, todo o termo
11683 de compromisso vai pro conselho, e o conselho vai analisar e nós estamos
11684 sujeitos aí ao conselho, corregedoria etc. Em relação à destinação do dinheiro.
11685 O colega já comentou bem: a questão das multas, a solução também perto é
11686 reunir o Congresso e mudar aquela ali, eu apoio perfeitamente, acho que tem
11687 que ter esse movimento, tem que ter uma moção até desta plenária manhã, de
11688 que seja destinado; então essa multa, indenização e qualquer tipo de institutos

11689 que origemem da questão ambiental, seja aplicado no direito ambiental. Lá nas
11690 questões das indenizações no Rio Grande do Sul, nós temos uma exigência
11691 apenas de que aos órgãos locais interessados tem que fazer um projeto e
11692 prestar contas. Então, acho que seria essa questão. O Artigo 37, dos crimes
11693 ambientais quando o funcionário omite a informação da existência, essa
11694 pergunta também foi feita anterior pelo Instituto Engenharia do Paraná. O
11695 Artigo 37 da Lei dos Crimes Ambientais quando o funcionário público omite a
11696 informação da não-existência de mata ciliar complementar em vez de 500
11697 metros, cinqüenta metros e possibilidade de mudança de procurador e o juiz
11698 como na sua visão, ou seja, é uma pergunta também bem importante, porque
11699 nós enfrentamos isso aí, e por isso que o Rio Grande do Sul, o tempo é exíguo
11700 de falar a experiência, mais seria muito importante, eu vou só resumir o resumo
11701 do resumo: no Rio Grande do Sul nós tivemos um encontro com todos os
11702 promotores que atuam no ambiental, que foi em torno de 270 promotores, por
11703 convocação do procurador, aí mostra o interesse da instituição e foi decidido na
11704 plenária que será feito por bacias a atuação e sequer agora está fazendo uma
11705 pesquisa pra colocar os indicadores pra chegar aos indicadores ambientais e
11706 esses indicadores depois de prontos vão pegar por base esse projeto que nós
11707 fizemos lá em Tucunduva, no rio Uruguai que já foi 100% implementado, vão
11708 ver os indicadores e com base nesses indicadores aí vão pegar e vão ampliar
11709 por bacias, fazer não um trabalho do promotor e sim da promotoria.

11710
11711 **A SR^a. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Bem, infelizmente a coordenação do
11712 encontro disse que temos que encerrar, restauram pendentes algumas
11713 perguntas, mas eu acho. Melhor, olha só, Dr. Alex ainda pode responder e
11714 ficou remanescente uma pergunta aqui pra mesa. Então já vou formulá-la e os
11715 senhores já poderiam decidir quem vai respondê-la: De quem é a obrigação de
11716 mapear as APPs, do Ministério Público, do Ibama, dos estados e municípios ou
11717 dos próprios proprietários? Vou passar, então, a palavra pro Dr. Alex, de
11718 repente ele mesmo já responde, brevemente, por favor.

11719
11720 **O SR. ALEX FERNANDES SANTIAGO** – Só antes eu peço pra clicar em
11721 oficial viagem pros senhores, ah ta. Então, vou respondendo às perguntas
11722 rapidinho: Pedro, da Agência Nacional das Águas – É possível um manejo
11723 florestal com fins econômicos da reserva legal em Minas Gerais? Si, é possível,
11724 não só em Minas Gerais, como em qualquer lugar do Brasil, porque a área de
11725 reserva legal é área de conservação e não área de preservação. E ela permite
11726 o uso desde que sustentável e uso sustentável com espécies nativas, manejo,
11727 o problema é que não existe regulamento. O código florestal condiciona a
11728 existência de princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos em
11729 regulamento, que ainda não existem, ta numa boa atividade legislativa a ser
11730 cumprida, seja pela União. A outra questão é a da senhora da comissão da
11731 OAB do Crato, senhora Márcia, secretária do Meio Ambiente do Ceará a
11732 questão: Até que ponto se pode fazer uma avaliação, constatando a efetividade
11733 dos TACs quando as ações que competem ao poder público, para erradicação
11734 e minimização das situações prejudiciais ao meio ambiente envolvem
11735 investimentos financeiros que nem sempre pública dispõe. É a velha questão,
11736 falta de dinheiro: primeiro o município pode eleger questões de meio ambiente
11737 e tem que ser uma dessas questões. O problema, porque o discurso é que o

11738 meio ambiente quando tem um problema tem também que ser contemplado
11739 pelo município. Várias ações não dependem de dinheiro – por isolamento da
11740 área, o abandono dessa área, permitir regeneração natural -; outras dependem
11741 de muito sim – o esgotamento sanitário, o tratamento adequado, mas isso tem
11742 fontes, existem recursos e os municípios têm que se movimentar pra isso.
11743 Mostrando agora, todos estão vendo, se puder colocar o áudio, são 6 horas de
11744 viagem pelo rio São Francisco feito pelo Instituto Terra Azul, uma ONG em
11745 convênio com Ministério do Meio Ambiente, à disposição de todos os senhores,
11746 produção estimulada, pode fazer CD copiado à vontade, com a identidade
11747 cultural do rio São Francisco, identidade de cada um dos municípios, pode
11748 clicar no segundo colchetes, segundo colchete, por favor, lá em cima, lá. Até a
11749 questão da identidade cultural, sobe, sobe, aí... É muito interessante, bota o
11750 som, por favor. Fica lá em baixo no vídeo, tem uma câmera aí, a cavalhada no
11751 rio São Francisco, manifestação cultural, patrimônio cultural do rio São
11752 Francisco. É um material que pode ser bem utilizado e bem explorado pelos
11753 professores de todas as escolas, quem quiser é só entrar em contato conosco
11754 pra ter esse CD à disposição. Respondendo à última pergunta sobre
11755 mapeamento de APP, entendo eu que em tratando-se rios estaduais, compete
11756 ao órgão estadual, tratando-se de rios federais, compete a órgãos federal. E,
11757 entendo eu ainda que, questão polêmica: antes de ser feitos todos os
11758 levantamentos por micro-bacia hidrográfica, deveria ser barrado qualquer tipo
11759 de licença de desmatamento, porque o código florestal estabelece a questão
11760 da bacia hidrográfica como critério, inclusive pra recuperação de reserva legal
11761 e temos município em todo Brasil com menos de 20% de cobertura, alguns
11762 com 1,2 e que continuam sendo dadas licenças de desmatamento, sendo que
11763 se sabe já que tem um passivo negativo. É uma opinião meio polêmica, mas
11764 que, é o meu entendimento.

11765
11766 **A SR^a. CÍNTIA DE SOUZA CARDOSO** – Nós gostaríamos de agradecer a
11767 todos os convidados, aos membros da mesa pelas participações e pela hora,
11768 não sei nem se o Nilo quer falar alguma coisa ou nós podemos encerrar...

11769
11770 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Não só pra ... Eu quero sim, primeiro
11771 eu quero te agradecer porque a previsão era do Sebastião Coordenar e sem
11772 nenhum demérito à qualidade do nosso presidente da Anama, mas com
11773 certeza você coordenou com bastante competência a mesa e deu um brilho
11774 todo especial, aliás, garantindo um balanço de gênero também na mesa, né.
11775 Então, quero agradecer as manifestações dos representantes do Ministério
11776 Público do município de Belém, do município do Rio de Janeiro. Acho que a
11777 presença aqui do Ministério Público e dos dois municípios completou dois
11778 segmentos que não podiam não participar, eles teriam que estar aqui
11779 apresentando as experiências. Nós somos muitos gratos pela presença de
11780 todos e também pela boa experiência que vocês estão desenvolvendo e
11781 servindo aqui de exemplo ao trabalho aqui que a gente vai ter que dar
11782 seqüência e junto com vocês, vamos fazer isso tudo junto. E eu quero
11783 aproveitar e dar um anúncio muito rápido aqui, apenas pra premiar esses que
11784 aproveitaram até essa hora né, não vou dizer que resistiram, porque foi muito
11785 boa a mesa, mas que aproveitaram essa até hora, é nós vamos poder, se
11786 vocês quiserem, os que tiverem interesse, é colher os nomes já na recepção

11787 pra amanhã cedo já entregar o certificado já com nomes, aqueles que
11788 quiserem já ter os certificado de participação aqui no seminário, ta? Então, é
11789 isso, acho que sem mais delongas vamos e até amanhã às nove horas
11790 pontualmente, muito obrigado pelo presença de todos. (aplausos).
